



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: GOULART

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 09/09/2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Tumulto

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Declaro abertos os trabalhos da 6ª audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça e Legislação Participativa, realizada em 2014. Neste caso, debateremos com exclusividade o PL10/14, de autoria dos nobres Vereadores Aurélio Nomura, George Hato, Goulart, José Police Neto, Nabil Bonduki, Natalini, Ricardo Young e Toninho Vespoli, que dispõe sobre a criação do Parque Municipal do Minhocão e prevê a desativação gradativa do Elevado Costa e Silva.

Agradeço a presença do nobre Vereador Nabil Bonduki e dos demais presentes.

A ideia de nossa audiência, como tem sido a fórmula adotada pelas comissões, abrirá a inscrição para todos aqueles que queiram se manifestar. Após a abertura, avaliaremos o conjunto de inscritos a fim de garantirmos um tempo adequado para as falas e exposições.

“Este Vereador e o nobre Vereador Nabil Bonduki faremos a apresentação do PL e, depois, seguiremos no debate”.

Já está presente o Sr. Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente, Arquiteto e Urbanista Wanderley Meira do Nascimento, que convido para fazer parte da Mesa.

Foram convidados para esta audiência, o Sr. Secretário Jilmar Tatto, que está representado pelo Sr. Vicente Petrocelli, que convido para fazer parte da Mesa. Da mesma forma, convido os Srs. Caio Luis Sacramento de Arruda Botelho, Gerente de Concepção de Projetos Cíveis do Metrô; Pedro Mendes da Rocha; Valter Luis Caldana Jr. Professor da Faculdade Presbiteriana Mackenzie; Marta Maria Alcione Pereira, representando a Secretaria Municipal de Saneamento de Recursos Hídricos.

Teremos uma fala introdutória minha e do nobre Vereador Nabil Bonduki. Hoje, temos um projeto em debate na Comissão de Constituição e Justiça. Portanto, temos uma vontade de debatermos alguns dos aspectos inerentes ao curso do debate legislativo. Teremos a oportunidade de debate intenso sobre as questões urbanísticas na Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Ainda, na Comissão de Finanças e Orçamento debateremos os impactos orçamentários e financeiros, sejam da realização de qualquer

intervenção no elevador, como também sobre suas consequências. Entretanto, é importante, no dia de hoje, termos a lucidez e clareza de que estamos na Comissão de Constituição e Justiça.

Como a movimentação que nos trouxe até aqui aponta dois grupos, mais ou menos, estabelecidos: daqueles que desejam um parque no Minhocão e dos que desejam a derrubada do Minhocão.

Portanto, são visões próximas, mas não são as mesmas.

Então, vamos às falas introdutórias.

Tem a palavra o nobre Vereador Nabil Bonduki.

O SR. NABIL BONDUKI – Boa noite a todos.

Este processo, que estamos iniciando hoje, é o processo positivo que precisamos esperar de todo esse movimento que tem acontecido em torno da questão do Minhocão. Precisamos construir coletivamente uma proposta que dialogue com todos os pontos de vista presentes neste debate.

Nesse sentido, independentemente do PL, introduzimos, no Plano Diretor, um artigo que estabelece uma progressiva desativação do tráfego motorizado individual no Minhocão. Isso está estabelecido no Plano Diretor, lembrando que o Plano Diretor tem um horizonte temporal de 15 anos. Portanto, quando falamos em processo de desativação progressiva, significa que isso pode se dar em um prazo mais curto ou mais longo, dependendo do debate que venha a ser feito.

Em segundo lugar, estabeleceu-se, ainda, que um PL, e um projeto de lei tem que ser entendido não como um projeto que nasça de um, dois, de cinco ou de dez vereadores, mas a lei, que é o resultado desse processo, tem que expressar, o máximo possível, os anseios da sociedade. Uma lei é exatamente um pacto que a sociedade estabelece para regulamentar um assunto qualquer. Muitas vezes, a lei não é assim. Muitas vezes, a lei é aprovada sem que não haja discussão.

Quando da discussão do PL, o que ficou claro foi que o PL seria um primeiro

posicionamento dentro de um processo longo de debate para se construir a melhor proposta. E o Plano Diretor incorporou exatamente isso. Ele diz claramente: “a desativação do tráfego motorizado individual” e diz: “a sua futura transformação, parcial ou integral, em um parque, ou o seu desmonte”. Ou seja, na verdade o Plano Diretor deixa em aberto o que acontecerá e o PL definirá o melhor encaminhamento para essa questão.

Temos, aí, todo um processo sobre o Minhocão. Tivemos um concurso realizado em 2006, que apresentou diferentes propostas para o projeto. Temos o problema de trânsito, de impacto na mobilidade, que significa a desativação, que precisa ser avaliado, inclusive em uma progressão daquilo que teremos de novidade, sob o ponto de vista da mobilidade: novas linhas de Metrô, novos corredores de ônibus, novas intervenções viárias na Cidade. Então, isso tem que ser considerado.

Temos vários aspectos positivos e negativos de qualquer uma das opções. Evidentemente, todas as soluções têm os seus problemas, sejam eles de ordem financeira, de ordem de impacto. O fato de o Minhocão fechar à noite e aos domingos, o que foi uma grande conquista dos moradores e da Cidade, isso também transformou aquela área em um local que passou a ser utilizado por um conjunto significativo de pessoas, ganhando, inclusive, um outro significado. Isso não quer dizer que os problemas e os impactos que essa obra inadequada, urbanisticamente equivocada, desaparecerá meramente por sua utilização, que pode e que tem sido positiva, sob o ponto de vista do conjunto de usuários. Mas os impactos negativos, como, por exemplo, debaixo do Minhocão, e que sabemos que são impactos grandes, continuam existindo, independentemente do que aconteça em cima dele.

Também temos setores diferenciados. Uma coisa é a São João; outra coisa é o miolo dos quarteirões do trecho em que ele penetra entre prédios, que foi a área desapropriada; seja no outro trecho da Amaral Gurgel. Não podemos nos esquecer que temos uma coisa que não é chamada de Minhocão, mas que é um enorme trecho que vai da Praça Roosevelt até a zona Leste e que causou um imenso impacto, uma cicatriz no Bixiga, e que

também, precisa ser equacionado, enfrentado de uma maneira diferente da que está hoje.

Então, temos um conjunto de problemáticas muito vastas. Fico contente com toda essa mobilização, porque isso mostra que é um assunto que mobiliza a sociedade. A Câmara Municipal e os Vereadores devem representar essa diversidade que existe na Cidade, buscando, encontrando pactos que possam atender, da melhor maneira possível, o maior número de anseios e pessoas.

Há experiências internacionais, de parques em elevados, que precisam ser conhecidas e avaliadas, para vermos o que elas têm de semelhança e diferença em relação ao Minhocão. Nós temos uma experiência muito próxima aqui, no Rio de Janeiro, com a derrubada da Perimetral. Tal derrubada está sendo realizada com a implantação de um túnel bilionário. Portanto, o impacto financeiro é enorme, que também precisa ser avaliado.

Eu acredito que essa possa ser a posição do Vereador José Police Neto e outros Vereadores, que esse debate não será curto, será longo; e nós vamos ter que, a partir daí, estudar as várias possibilidades, para poder ter a melhor resposta e o melhor projeto, para poder atender àqueles que estão vivendo, de alguma maneira, os impactos e benefícios, se existirem. Evidentemente para quem usa o Minhocão, como via de trânsito, cumpre-se um papel. É inegável que um grande conjunto da população da Cidade usa o Minhocão, e consideram que ele traz benefícios para a Cidade.

Talvez alguém defenda esse ponto de vista que existe. Eu, quando divulguei um artigo pela internet, vi que as posições eram as mais variadas, e muitas eram quanto à vantagem do Minhocão como via de trânsito. Essa posição também existe; embora o Plano Diretor claramente está apontando para a perspectiva de desativação. Então, ele tem um norte que está sendo dado. O Plano Diretor, como um todo, tem uma perspectiva, progressiva ao uso mais racional do carro, incentivando o transporte coletivo e ampliação dos corredores e metrô de transporte coletivo, com ampliação de áreas verdes e lazer na Cidade.

Então, existe um conjunto de qualificação urbanística. Há um conjunto de diretrizes,

e o que está colocado sobre o Minhocão não é incoerente. Ele ganha uma coerência com outras diretrizes de mobilidade, de áreas verdes e de lazer que estão presentes no Plano Diretor. Então, a gente tem que também olhar essa questão, à luz de um projeto de uma cidade melhor, de uma cidade com melhor qualidade de vida, com uso melhor das nossas vias e das condições de mobilidade. Isso está claro que tem que ser pensado de maneira articulada, em conjunto com o projeto da Cidade.

Estamos aqui fundamentalmente para ouvir o que todos têm a dizer, colocando todos os aspectos e impactos positivos e negativos em observação, para poder chegar à melhor solução para esse problema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Também vou ser bastante breve. Vou complementar um pouco o Vereador Nabil Bonduki, dizendo que é verdade que o projeto não nasceu de uma vontade dos parlamentares; tanto é que ele nasce depois da realização de uma bienal, que teve, como um dos seus elementos fundamentais, o debate técnico e acadêmico em cima do Minhocão.

Então, fica claro a todos que a iniciativa que não foi de um parlamentar e sim de um conjunto de parlamentares nasce de um debate que já estava na sociedade; mas ele também não se apresenta como um concurso público, como, muitas vezes, ou como um ensaio acadêmico e só. Ele pretende e ele foi responsável bastante nesse ponto, aguardando o debate mais intenso do Plano Diretor, iniciando-se o debate depois que o Plano Diretor deu-nos recomendações claras, para não satanizar o carro individual, mas para compreender os próximos 16 anos como a redução da nossa carro-dependência. Então, ele aponta para um caminho de maior investimento no transporte público coletivo, ao respeito aos deslocamentos não motorizados. Portanto, ele anuncia um momento distinto daquele que vivemos nos últimos 50, 60 anos, período em que o Minhocão fez crer à sociedade, como um todo, que ele se bastava.

Portanto, as manifestações que hoje a Casa recebe são “muito de entusiasmos, seja no desmonte do Minhocão”, seja na constituição de um parque. Parece-me que bem menor ficou o debate daqueles que acreditam que, para os próximos anos, o Minhocão não terá um novo destino; e o projeto apresenta-se exatamente por isso, porque, quando se definiu o não funcionamento do Minhocão nas noites, à partir das 9h30 e aos finais de semana, não foi constituído um parque pela municipalidade; tanto é que não há gestão de parque, mas a própria sociedade encarregou-se de dar atividade àquele espaço, que compreende um encontro de pessoas.

Há o debate no dia de hoje. Estamos no momento de debate sobre a constitucionalidade e o início da grande participação. Discutimos sim, dentro do Plano Diretor, um dispositivo que garantisse essa permissão legal. Esse é o segundo debate que a Casa faz, conseqüente ao Plano Diretor. O primeiro debate que realizamos foi por conta da desativação da feira de orgânicos do modelódromo do Ibirapuera, porque o Plano Diretor apontava uma clara vertente para a produção familiar e orgânica na Cidade. Não fazia muito sentido um plano que dirige a Cidade para os próximos 16 anos reservar uma área poderosa da Cidade, como zona Rural, entusiasmando a produção, não observando as fórmulas de distribuição, comercialização e abastecimento desses orgânicos.

Então, no primeiro debate que a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente que eu e o Vereador Nabil Bonduki participamos, conseqüente ao Plano Diretor, dissemos: “Olha, nós não podemos aceitar o fechamento de feiras orgânicas, no momento em que o Plano Diretor indica o inverso disso; tanto é que a feira de orgânicos persiste dentro do modelódromo, e se discute hoje a ampliação de espaços similares àqueles, para esse fim. O que a gente faz hoje é iniciarmos um segundo debate, que é conseqüente a um novo plano, que vai dirigir a Cidade para os próximos quinze anos. Ele apontou sim a necessidade de uma lei específica para a desativação do Minhocão e conseqüente utilização para uma nova finalidade, seja um parque, na sua totalidade, seja um parque na sua

parcialidade, ou seja, outra finalidade, como desmonte, demolição ou o reaproveitamento do próprio Minhocão, enfrentando outras cicatrizes, que foi a divisão ao meio da Bela Vista-Bexiga, mas também a divisão ao meio da Liberdade, que também teve interrompida a sua relação de dois lados, hoje opostos pela ligação Leste-Oeste. É lógico que isso demanda tempo, e apresentamos esse próprio projeto. O Vereador Nabil Bonduki reconhece a nossa ousadia, ao colocar um período de quatro anos, que investimentos do Estado, da União e do município serão necessários para a gente enfrentar a carro-dependência na Cidade inteira.

Portanto, estamos falando de uma ligação Leste-Oeste da Cidade inteira, com investimentos no metrô para qualificar o sistema de circulação, em alguns que já foram iniciados, como é o caso da linha 6 Laranja, que corta parte desse território, da mesma forma que precisamos investimentos na CPTM, para, quem sabe, termos, na parte Norte, aquilo que já há no Leste; e o expresso Leste traduzir-se no expresso Norte; da mesma forma com que a operação urbana Água Branca consiga também materializar avanços que garantam uma mobilidade melhor naquele território, tornando o Minhocão desestimulante a qualquer uso; portanto, desnecessária a sua presença, quanto a essa cicatriz, que todos nós aqui já conhecemos.

Então, para introduzirmos o debate, vou concluir desejando um período de muita transparência ao Minhocão. Acredito que, quanto à construção, até agora, houve mais transparência do que na construção do próprio minhocão. Portanto, a gente já começa na inversão da construção do Minhocão como aqui cicatriz. Portanto, estamos acertando mais do que aqueles que nos entregaram o Minhocão do jeito que ele está. Esse passo a gente está sabendo dar.

Mais do derrubar o Minhocão ou utilizá-lo para outra finalidade, nós precisamos também encontrar e reconhecer o que nos aproxima nesse debate, pontos de convergências das nossas visões, estimulando-nos a acelerar esse processo.

Eu pretendo que hoje, dentro da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação

Participativa, tenhamos essa oportunidade, de encontrar os pontos de convergência de moradores, de apaixonados por parques e apaixonados pelo parque e futuro Minhocão, e também dos técnicos do Executivo do Estado, executivos do metrô e também do Executivo Municipal, para que todos tenham essa capacidade de reflexão, para, quem sabe, ao longo desse segundo semestre, a gente tenha maturidade e condições de uma deliberação que não surpreenda ninguém, e sim reforce a convicção de transparência e legitimidade nas leis que saem desse parlamento.

Início perguntando ao grupo que apresentou o desmonte, por ser o primeiro inscrito.

Tem a palavra o Sr. Wilson Levy Braga da Silva Neto, da Associação Parque Minhocão, por quinze minutos.

O SR. WILSON LEVY BRAGA DA SILVA NETO – Sr. Presidente, nobre Vereador José Police Neto, nobre Vereador Nabil Bonduki, em seus nomes, cumprimento as autoridades aqui presentes, amigos e apoiadores da Associação Parque Minhocão, senhoras e senhores participantes, a Associação Parque Minhocão festeja, com enorme entusiasmo, essa oportunidade de hoje. Ela renova uma convicção que nos acompanha desde a nova fundação, a convicção na democracia. Reafirmamos, nessa ocasião, que a audiência pública é um dos principais espaços institucionais do Poder Público da Câmara de Vereadores, de discussão e decisão democrática. É ela, em suas múltiplas aplicações, que favorece a produção de uma Cidade melhor. É ela também que contribui para o aperfeiçoamento do nosso projeto democrático, tão jovem e ainda carente de concretização. A democracia também é o único regime político que melhora com a prática e com a repetição.

Não por outro motivo, Srs. Vereadores e demais participantes, estivemos em todas as audiências públicas do Plano Diretor Estratégico de São Paulo. O Vereador Nabil Bonduki, que foi relator do Plano Diretor, não nos deixa mentir. Nessas ocasiões, nós democraticamente sustentamos a viabilidade do Parque Minhocão e a sua visibilidade em suas diversas interfaces, tudo de forma pública, tudo disponível para que a sociedade civil organizada

pudesse interferir e questionar.

Curiosamente, ainda que nós estejamos defendendo a ideia do Parque Minhocão, por meio de textos em jornais, como *Folha de S. Paulo*, e revistas de grande circulação, como a revista *Época* e revistas em publicações especializadas de arquitetura, como o *Portal Vitruvius*. Fazemos isso há bastante tempo. Curiosamente, nenhum dos nossos críticos indignou-se a nos interpelar no contexto daquelas audiências públicas. Falávamos sozinhos.

Sr. Presidente, nobre Vereador José Police Neto e senhoras e senhores, tivemos sucesso. Por conta desse protagonismo dessa iniciativa da Associação Parque Minhocão, São Paulo ganhou um presente: A perspectiva de desativação do Minhocão, mediante lei específica, que determinará se ele será demolido ou transformado em parque. Isso já é uma conquista, já é um presente para a sociedade paulistana, e nós, da Associação Parque Minhocão, orgulhamo-nos muito das horas investidas e do tempo que nós dedicamos a essa causa nas audiências públicas do Plano Diretor Estratégico, repito, sem oposição, tudo, nos exatos termos do artigo 375, em seu parágrafo único, do Plano Diretor Estratégico.

É por isso que realizar essa audiência pública hoje, na Câmara de Vereadores, e, nesse primeiro momento, na Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, só reforça uma convicção nossa na democracia e no debate democrático, no projeto da democracia. Nós não podemos nos esquecer - é importante reforçar isso em tempos de crise da política - de que a Câmara de Vereadores é, na verdade, uma das casas do povo, e é também uma caixa de ressonância das suas demandas e das suas expectativas.

Ninguém da Associação Parque Minhocão defende outra forma de encarar essa questão. A Cidade deve espelhar as genuínas demandas da sociedade, ouvidas, repito, nos espaços institucionais disponíveis, como esta Casa, como a audiência pública, como todos os espaços que o Poder Público disponibiliza ao cidadão para interferir e para ajudar a construir uma Cidade melhor.

Srs. Vereadores e senhoras e senhores, nós, da Associação Parque Minhocão,

sequer defendemos um projeto específico para o parque. Nós não temos um projeto de arquitetura para o parque. Apenas defendemos a sua criação. Por que nós adotamos essa razão, esse traço que nos é tão peculiar? Nós entendemos que o projeto é uma etapa posterior à decisão política de se instituir o Parque Minhocão. Esse projeto não está na mente, na cabeça dos nossos queridos amigos e amigas da Associação Parque Minhocão. Não, o projeto deve ser objeto de um concurso, realizado por entidade representativa dos arquitetos.

Aproveito aqui a oportunidade para cumprimentar o Sr. Pedro Mendes de Rocha, arquiteto, que, nessa ocasião, representa o Instituto de Arquitetos do Brasil, seção São Paulo, departamento São Paulo. Nós não somos uma entidade representativa de arquitetos. Nós entendemos que esse projeto, fruto de um concurso de arquitetura, deve contemplar, na sua formulação, de maneira absolutamente democrática, as demandas e expectativas dos moradores do entorno e da comunidade que já utiliza o Minhocão, como um espaço de lazer, como um equipamento público voltado à prática de esporte e de lazer da comunidade.

Basta irem aos domingos ao Minhocão, para ver como a sociedade já se reapropriou daquele espaço nos domingos e durante as noites. As pessoas que moram, na região do Minhocão, já se apropriaram, já ocuparam aquele espaço para prática de esportes e como equipamento de lazer.

É por isso que festejamos muito a edição do projeto 10/2014. Embora ele seja anterior ao Plano Diretor Estratégico, está absolutamente amoldado, está absolutamente coerente, vinculado ao texto do parágrafo único do 375, do Plano Diretor Estratégico, porque ele preenche a hipótese desativação, seguida de parque. Nós já sabemos, a Cidade já sinalizou que o Minhocão será desativado até o final do período do Plano Diretor. O projeto de lei amolda-se a uma das hipóteses, a criação de um parque. Ele foi, portanto, englobado pelo Plano Diretor, o que lhe confere - é importante que se diga isso numa discussão da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa - inequívoca legalidade. Ele está absolutamente adequado ao nosso Plano Diretor.

Ao mesmo tempo, ele está em conformidade com a Lei Orgânica deste município. É importante que nós saibamos disso, porque essa Lei Orgânica incumbe à Casa do Povo, à Câmara dos Vereadores, o poder de legislar sobre assuntos de interesse local, conforme diz o seu artigo 13, no seu inciso I. No inciso XXI, encontramos a denominação de vias e logradouros públicos. Também ele está adequado à disciplina dos nossos bens municipais, que devem atentar à preservação do meio ambiente e garantir o interesse social, em seu artigo 110, em seu parágrafo 2º. No momento em que discutimos isso, na Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, esse argumento necessariamente precisa ser levantado.

Como o projeto de lei 10/2014 pretende concretizar esse objetivo? Por meio de uma bem-vinda e responsável restrição gradual da circulação do transporte individual motorizado sobre o elevado. As transformações, na Cidade, não acontecem do dia para a noite. Ainda que nós possamos levantar a hipótese de que o tempo é exíguo, é o que o projeto de lei coloca, para que o município de São Paulo adapte-se a essa realidade.

É importante lembrar, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, que essa hipótese não é nova. A limitação do horário de funcionamento do Minhocão, iniciado pela ex-Prefeita Luíza Erundina, foi levado a cabo, foi concretizada mediante uma lei elaborada pelo Sr. José Eduardo Martins Cardozo, ex-Vereador dessa honrada Casa, o nosso atual Ministro da Justiça.

Agora, abraçado por oito Vereadores de seis partidos políticos diferentes, o tema ganha, de maneira inquestionável, um novo significado. Ampliou-se a representatividade. Parlamentares de diversos partidos políticos das mais variadas tendências ideológicas, como PSOL, PT, PSDB, PSD, PV, PMDB e PPS, vislumbraram, no Parque Minhocão, uma boa ideia, coadunada com os seus perfis políticos. Isso é absolutamente novo na história de São Paulo e deve ser festejado.

O que essa iniciativa do PL 10/2014 faz no fundo? Aí peço muita atenção de V.Exas., para que nós possamos fazer esse exercício de imaginar uma situação. O PL, na verdade, só reconhece uma situação de fato. Lamento informar àqueles que querem o seu

desmonte, a sua derrubada, seja qual for a denominação a ser dada, que o parque já existe. A partir do momento em que as primeiras restrições de horário de funcionamento foram levadas a cabo pela ex-Prefeita Luíza Erundina e depois pelo ex-Vereador José Eduardo Martins Cardozo, as pessoas já se apropriaram daquele espaço público. As pessoas já ocuparam, as pessoas já fizeram dele um parque; e criaram uma conformação completamente diferente: É um parque espontâneo, que existe à margem de qualquer regulamentação e que não implica hoje em custo algum ao município.

É importante que nós façamos esse registro, porque, caso o Minhocão seja derrubado - e ele é um parque linear que passa por cima de quase cruzamentos. Sem ele, esses trinta cruzamentos estariam lá. Peço um exercício de abstração, para que pessoas pensem como é correr com 30 cruzamentos. É preciso se parar a cada semáforo. É um parque espontâneo. Ele já existe e se ele for desmontado ou derrubado, é importante comunicar às dezenas de milhares de paulistanos que hoje já se utilizam desse equipamento como forma de lazer, numa Cidade tão carente de parques.

A adesão à ideia, mantendo à própria adesão da Associação Parque Minhocão à democracia é fabulosa. O que nós, da Associação Parque Minhocão, temos? Quatro mil e quinhentas assinaturas físicas, e 90% dessas 4.500 assinaturas são dos moradores do entorno do Minhocão. São moradores de Santa Cecília, de Campos Elíseos, da República, da Consolação, da Barra Funda, de Perdizes e de Higienópolis. Nós temos ainda mais de 3 mil assinaturas eletrônicas na plataforma change.org. Isso, senhoras e senhores, é democracia. Quem estiver contra deverá se valer desse meio e das audiências públicas. Ansiamos por debater o tema. Não tivemos oportunidade durante o Plano Diretor Estratégico porque quem é contra a ideia simplesmente não foi às audiências públicas. Quem estiver contra, portanto, deverá se valer desses meios institucionais para apresentar as suas demandas e não usar a estratégia da gritaria ou a da pressão infundada, porque esse processo, somos testemunhas disso, é absolutamente transparente e participativo.

Só se pode construir democracia a partir da democracia. Vamos ao Parque Minhocão! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra a Sra. Yara Góes, Conselheira Participativa da Sé e Ação Local Amaral Gurgel.

A SRA. YARA DE ARAÚJO GÓES – Boa noite a todos. Cumprimento todos os Vereadores, a Mesa e todos os nossos colegas presentes para escutar o nosso lado.

Não me preparei para falar os 15 minutos, mas isso não tem a menor importância. As pessoas pediram para que eu falasse pelo fato de eu ter acompanhado a Rua Amaral Gurgel e todo esse processo, porque nasci nessa rua. Sou uma pessoa que conheço esse processo do começo ao fim e vim falar aqui dos impactos, que conheço muito bem, para os moradores.

Falarei de coração tudo aquilo que sentimos, pois é o que queremos expressar aqui hoje. O elevado tem uma extensão de 3,4 quilômetros e afeta mais ou menos 232 mil pessoas. Ele foi imposto na ditadura sem nenhum estudo de impacto. Eu mesmo saí dessa rua na época que o Maluf o implantou. Tivemos que sair dali em pouco tempo. Foi uma imposição feita naquela época. Quando o Minhocão foi instalado, ele causou um impacto muito grande nas pessoas que estavam ali, foi uma coisa terrível. Há 43 anos, as pessoas sofrem com esse problema, com a poluição do ar e com a poluição sonora e com doenças, como a PAIR e o estresse. Ninguém se preocupou em realmente resolver esse problema nesses 43 anos e até hoje as pessoas estão sofrendo.

Hoje é a segunda chance de aquelas pessoas que estão nesse sofrimento conseguirem se livrar desse problema. Quem defende o desmonte do Minhocão são os que moram em frente e sofrem os impactos. Quem defende o parque, com justa causa, são pessoas que frequentam o local aos domingos para um passeio, são pessoas que querem um lazer. Se essa for a decisão, pela segunda vez as pessoas que moram ali vão sofrer com o impacto, dessa vez com o causado pelo parque.

Nosso primeiro grande problema é que não existe um estudo do impacto que o parque causará, e isso precisa ser feito. Caso contrário, estaremos apenas substituindo problemas.

Um dos problemas que eu gostaria de ressaltar, e que o *marketing* do parque não mostra, é sobre a estrutura. Entupimento de canos: as pessoas que passam jogam lixo, inclusive garrafas, que entopem os canos. A consequência disso é alagamento na parte de cima e na parte de baixo. Aquilo vira um rio, e os comerciantes têm que utilizar baldes para tirar água dos estabelecimentos. Na parte de cima, quando alaga, a CET tem que fechar o trânsito, porque é muito perigoso. Se nem Siurb nem a Subprefeitura da Sé conseguem desentupir os encanamentos, como vamos fazer? Pedimos para que fossem instalados encanamentos externos. A Siurb gastou 1 milhão de reais nesses encanamentos, mas os canos estão sendo roubados.

Os alagamentos se transformaram num problema muito sério, pois ocorrem na Rua Amaral Gurgel, no Largo do Arouche e na Rua Frederico Steidel. Aquilo se transforma num mar, não há como desentupir e temos que conviver com os alagamentos. Quanto mais gente comer em barraquinhas e participar em festas lá em cima, mais vai piorar aquilo que, parece, já não tem mais solução, a não ser que se arrebentem aquelas colunas.

Outro problema é o roubo de fios de cobre. A Ilume tem um prejuízo imenso com isso. Se o parque for instalado, será muito mais fácil para os ladrões roubarem esses fios de cobre. Nós, do Conselho Participativo, acompanhamos todas as problemáticas envolvidas juntamente com a Prefeitura e estamos cientes disso tudo. Um deles são os cupins, que estão no teto do Minhocão e que também acabam por depredar os imóveis, as entradas dos prédios. É preciso tentar resolver como tirar esses cupins do Minhocão.

Além disso, há problemas de rachaduras, infiltrações, troca de juntas. É muito dinheiro para manter essa estrutura.

No sábado, participei da audiência que aconteceu na Subprefeitura da Sé. Quem

estava lá me ouviu pedindo dinheiro para arrumar a estrutura do Minhocão. Para manter aquela estrutura, estamos falando de mais ou menos 4 milhões de reais, e a Cidade não tem dinheiro para isso. Essa verba é mesma da de muitas subprefeituras, como a da Sé. Pedi dinheiro, mas sei que realmente não vou ser atendida no meu pedido, porque com esse dinheiro dá para cuidar de outras coisas na Cidade.

A manutenção é muito cara e teremos ainda mais problemas com o parque.

Em relação à poluição sonora e à segurança, as pessoas que moram ali preferem o ruído dos carros ao ruído das festas. O ruído dos carros chega a 108 decibéis, o mesmo nível da turbina de um avião. Já o ruído das festas, com os amplificadores de som, chega a um nível muito mais alto do que esse. As pessoas ficam enlouquecidas quando há festas sobre o Minhocão e ligam sem parar para minha casa, e eu, que também fico enlouquecida, não sei que solução sugerir ou dar a essas pessoas. Isso é para vocês verem o absurdo: prefere-se o ruído dos carros ao ruído das festas.

Agora, falando da Amaral Gurgel especificamente, estamos colados ao Buraco da Minhoca. Não sei se todos conhecem, mas ele fica embaixo da Praça Roosevelt. Com isso, há uma interligação de problemas. Embaixo do Buraco da Minhoca há festas com até 4 mil pessoas, que rola durante a noite toda. Eles entram por baixo e depois sobem para o Minhocão e vão fazer dar continuidade à festa sobre o Minhocão às duas horas, três horas da manhã. É o Parque do Minhocão que está fazendo isso? Não. São problemas que nós já temos. Compreendam: já temos esse problema, que reúne os problemas da Roosevelt, que estão interligados com a Amaral Gurgel.

Imaginem agora, virando um parque, que haverá todo o tempo livre para festas *etc.* Ora, as pessoas estão preocupadas com isso. Apesar de se saber que o parque tem regras, normas e horários – e sei que você até se expressou, pois queria falar isso -, não é bem assim. Vocês teriam que pensar em outra solução. Estamos todos aqui para isso. Vocês do lado de lá também têm que nos ajudar a buscar soluções. Estou contando os problemas para que vocês

vejam o que aflige a todos. Ninguém se posiciona contra à toa, há motivo. É o que vocês falam: temos que achar soluções.

Ninguém dorme com essas festas: nem a Praça Roosevelt nem a Amaral Gurgel. É simplesmente infernal. A ligação Buraco da Minhoca com Minhocão para nós será um grande problema. Teremos que ter, em cima, uma segurança muito grande. Teremos que ter bases da GCM, ronda ostensiva. Tivemos, há pouco tempo, três arrastões na Amaral Gurgel, e da nossa janela não podíamos fazer nada, só olhar. As pessoas ficam extremamente vulneráveis. Vocês não imaginam a aflição que dá ver esse tipo de coisa. Eles pegam as pessoas, e elas não têm para onde correr, porque não vão se jogar lá de cima, certo? São três quilômetros de parque. Então, como fazer? As pessoas lá em cima não têm saída e vão ficar à mercê dos bandidos. Somos testemunhas, porque vemos isso.

Há outra coisa. Quem é que paga o prejuízo das pedradas nos apartamentos e nos estabelecimentos. Quebraram a Lan House da Marjorie com as pedradas. Quebraram os vidros da casa do meu tio. Até uma moça presente hoje estava dizendo que também a dela foi alvo disso. Hoje essas pedradas que são jogadas nos apartamentos são uma ação supernormal e rotineira. De cara, para a existência desse parque, teria que ser levantando um aparador – dentro de um projeto - para que não ocorresse esse tipo de coisa, porque existe esse problema da segurança. Ouçam o absurdo, gente: em frente ao Amigo Leal, nesta semana, jogaram uma tampa de bueiro em cima de um carro! Isso é vandalismo! Se houvesse alguém no carro, com certeza morreria. Vocês todos têm que analisar esses problemas.

Outra coisa: a Amaral Gurgel virou a lata de lixo do Minhocão aos domingos. Funciona assim: a pessoa passa pelo Minhocão tomando seu refrigerante; terminado o refrigerante, ela joga o resíduo na Amaral Gurgel, e a pessoa que está passando pela ali toma latas de refrigerante na cabeça. Por isso eu digo: ali, automaticamente, de cara, já teria que levantar alguma coisa para não haver pedradas nem nos apartamentos nem sobre as pessoas que transitam na Amaral Gurgel.

Além dos vários problemas de segurança, o Hotel Metrópolis sofre com assaltos, porque há certos pedaços do Minhocão em que os bandidos pulam sobre os estabelecimentos para assaltar. Isso não ocorre em todos os trechos, mas há trechos do Minhocão que propiciam esse tipo de ação. As pessoas, então, ficam apavoradas. Várias vezes já houve assaltos dessa maneira porque não há nada que “vede” esses estabelecimentos.

São muitos os problemas que ouço das pessoas em relação à segurança, mas vou entrar em outro aspecto, que é o social. Por isso, preocupa-me muito essa desativação gradual. Sabem por quê? Porque não há regras postas. Se vou desativar gradualmente, tem que haver regras. Não é isso?

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. YARA DE ARAÚJO GOES - Então, concordamos em um ponto. Pode até falar comigo se quiser, se for o caso. Fique à vontade, não ligo.

Precisamos ter regras. Eu trabalho com isso desde a Viva o Centro, desde o início da discussão da revitalização do Centro. Já faz muito tempo que lido com isso. A gente resolve os problemas da comunidade. A gente está muito ligado a essa problemática toda. E o que visamos com isso? Melhorar a cidade de São Paulo, a qualidade de vida das pessoas. A gente também está nessa luta, acho que todos estão. Vocês também querem para si uma qualidade de vida melhor certo? Não serei contra vocês! Acho que todo mundo merece ter aquilo que busca; mas vocês, do nosso ponto de vista, também têm que compreender os problemas por que passamos.

Em relação aos problemas sociais, com a desativação gradual, acho que não temos como impedir que se instale a problemática social da cidade de São Paulo sobre o Minhocão, porque todos têm direito de ir e vir, certo? Hoje o que vemos? Um verdadeiro fumódromo sob o Minhocão.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. YARA DE ARAÚJO GÓES – É com sexo ao vivo e tudo o mais. E por que

isso não fica lá? Porque os carros têm que passar no dia seguinte. Quando for feita a desativação, ela precisará ser muito bem pensada porque ocorrerão esses mesmos problemas. Aí, como iremos resolver? Se não houver uma solução pensada, a parte de cima ficará mais degradada do que está hoje. Em vez de melhorar a situação, talvez piore.

Com relação ao projeto, não me conformo em haver um parque com árvores e vegetação no asfalto. Com isso, não me conformo e direi por quê. Há um alto custo de implantação e manutenção. Hoje não se cuida nem do que existe! Estou vendo o Paulo Goy (?), o Rafael, o Artur. Nós participamos de reuniões justamente para parques e praças. Sabem o que acontece? Não temos, na cidade de São Paulo, como manter os parques e praças. E chorem pelo que vou falar agora: no Largo do Arouche, aquela coisa maravilhosa que temos – não sei se vocês estão sabendo disto -, nós provavelmente teremos que derrubar aquelas árvores. Inclusive o jequitibá tombado, maravilhoso, talvez tenhamos que derrubar. Soubemos disso falando com a Flávia, do Verde, nessas reuniões de que participamos. E por quê? Por falta de manutenção, cupins e doenças nas árvores. Então nós precisamos ver como manter o que existe na cidade de São Paulo, que nós não damos conta de manter o Largo do Arouche, a Praça da República, o Parque Dom Pedro. Hoje não temos como conseguir o que nós temos. Não é que não temos que fazer outros, mas hoje não temos estrutura para regar o Largo do Arouche, não temos estrutura para regar a Praça da República, não temos dinheiro, principalmente, nem estrutura e nem dinheiro, porque é com carro-pipa que se faz isso. Eu conheço muito bem a problemática desta cidade, deste bairro, falo de fio a pavio os problemas que vocês quiserem que eu fale.

Voltando ao projeto do Parque do Minhocão.

A privacidade...

Acabou?

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Você já passou um pouquinho, então pediria que você concluísse.

A SRA. IARA – Tá bom. Eu vou só resumir, e já vou terminar.

A privacidade é um grande problema que teremos com a instalação do parque.

As pessoas que aprovam o parque não moram, utilizam; e as pessoas que reprovam são as moradoras. O sonho da comunidade é o desmonte do Minhocão. Se desmontarmos ou derrubarmos o Minhocão, teremos 100% que vamos acertar. Acabaremos com os problemas existentes para aqueles que moram ali – poluição do ar, poluição sonora e também a requalificação do Centro e a valorização dos imóveis.

O nosso pedido a vocês, daqueles que moram, é que nós não podemos errar pela segunda vez. Então pedimos que não aprovem esse projeto. Isso é o que pedimos, pois seria condenar a mais 40 anos, ou sei lá mais a quanto tempo, essas pessoas que viveram nesse sofrimento durante tanto tempo a mais sofrimento com aquele barulho que terá na porta. A não ser que o Parque do Minhocão nos dessas janelas antirruído, o que seria uma solução. Se vocês quiserem pagar as janelas antirruídos, pronto, aí já melhora muito.

Esse é nosso pedido a todos vocês. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – O Sr. João Batista Lago pediu para se manifestar em nome do Grupo Veredas.

O SR. JOÃO BATISTA LAGO – Senhoras e senhores, boa noite. Fazemos parte de um grupo de pessoas que se conhecem – várias moram na Santa Cecília, Barra Funda, Campos Elíseos, na região. Muitos nós frequentamos os festivais em cima do Minhocão, e os organizamos também, mas somos a favor do desmonte do Minhocão. (Palmas)

Temos também entre nós assistentes sociais que trabalham com população em situação de rua, e nós ficamos preocupados com o destino dessa população, independentemente de se desmontar o Minhocão ou fazer um parque suspenso em cima. Enfim, somos um grupo para heterogêneo.

E temos outra preocupação: alguns de nós fizeram parte desse processo; eu assinei abaixo-assinado há mais de 20 anos, no tempo da Luísa Erundina, para que o

Minhocão fosse liberado à população aos domingos. Então achamos que o Elevado Costa e Silva é um espaço muito importante de lazer, de encontro das pessoas, enfim, um espaço existencial que não deveria ser perdido sob hipótese alguma. E achamos que tem o risco, sim, de esse espaço se perder, tanto se derrubar o Minhocão quanto também se fizer um parque suspenso em cima. Um parque suspenso elitizado, para rico, excludente socialmente, a serviço da especulação imobiliária e dos interesses das grandes construtoras, que querem um parque suspenso, ao que tudo indica, para subir o valor do metro quadrado e ter mais lucro nos espigões e na quantidade enorme de edifícios que estão plantando na região. Então pergunto se esse parque suspenso seria para nós. (Palmas)

Outro aspecto é que esse processo está sendo feito sem transparência, com o desconhecimento quase total da sociedade. Nós sabemos que tem propostas de fazer parque, onde derrubar, mas nós que participamos, os coletivos ou os que se interessam por política. Você vai à padaria, ninguém está sabendo. Você fala com as pessoas, e pouca gente na rua sabe. O cidadão comum está excluído do processo.

Peticionamos hoje uma proposta de substitutivo ao PL 010/2014. Também defendemos o fim dos carros no Minhocão, em etapas, mas achamos que tem de haver uma discussão com a sociedade, uma consulta ampla, e não poucas consultas públicas. E daqui a quatro anos vemos o que fazer.

Nossas preocupações: como ficaria, por exemplo, o nosso bairro, a nossa região, tanto no caso de um parque suspenso quanto no caso de se derrubar. Como é que vai ficar o comerciante?

Achamos que não vai virar Cracolândia, não, vai virar um lugar caríssimo para se viver, vai ter comerciante sendo expulso de lá, a padaria vai se chamar *panneteria*, o pão de queijo, pelo qual eu pago 2,50, vai ser vendido a 15 reais. Não é só pobre que vai ser expulso da região, vai ser até a classe média. O condomínio vai ficar caríssimo ao longo do tempo. Então gostaríamos de discutir também mecanismos para que se evitasse esse processo de

Santa Cecília virar bairro de rico. Aliás, não só Santa Cecília, mas o distrito todo – Vila Buarque, Campos Elíseos, um pedaço da Barra Funda, etc.

Ficamos preocupados também com a questão dos gastos, porque não se sabe quanto vai gastar tanto para desmontar o Minhocão quanto também para se fazer um parque suspenso. Temos uma estimativa, mera projeção – porque na hora do vamos ver sai mais caro – feita pela Emurb em 2010 sobre uma derrubada. Agora, são projeções. A Perimetral não serve como referência, como já foi colocado aqui. Lá foi demolição, porque a Perimetral foi feita com uma técnica de construção muito antiquada. O Minhocão foi feito com blocos de laje pré-moldadas grudadas umas nas outras, é só desmontar. Claro, tem que demolir um pouco também. Agora, a parte de cima, que é de concreto, enfim, mas não é o que seria a Perimetral. Pelo amor de Deus, não vamos dinamitar nada. Seria um absurdo. Mas tem técnicas de menor impacto ambiental, e rápidas também, tipo quarteirão por quarteirão.

Se você pegar no mundo, por exemplo, nos Estados Unidos a onda é derrubar os minhocões que tem lá. Já derrubaram vários, inclusive alguns mais novos do que o Elevado Costa e Silva, e até maiores. E derrubaram não só para transformar em área de lazer e para embelezar a cidade, mas porque fica caro manter, porque lá é mais barato derrubar do que manter, com os carros passando em cima. Agora, imagine em São Paulo, onde não tem manutenção, quanto custaria fazer uma manutenção. Não é só fazer o parque, não, você tem que preparar o Elevado para receber o parque, e aí não se sabe quanto vai custar só para preparar. O parque pode ser barato, 500 milhões, 1 bilhão. Sei lá.

Por favor, peço lucidez. Discutam com calma, vamos consultar a sociedade, e isso não é ficar fazendo guerra de abaixo-assinado como se fosse Big Brother Brasil, quem vota para tirar fulano, beltrano. Consultar a sociedade é discutir isso com a gente, é discutir na escola, na missa de domingo, que nem quando lutamos contra a Calçada da Fama na Santa Cecília também, e assim por diante. É discutir na igreja, é igreja nas sinagogas, no boteco, no bar, na padaria, que é um lugar político também, toma-se decisões políticas em padarias.

Seria isso. Nós protocolamos o nosso tomam decisões políticas em padarias!

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Conclui pra gente, João, por favor.

O SR. JOÃO BATISTA LAGO – Enfim, seria isso. Nós protocolamos o nosso substitutivo propondo que se retirem os carros, mas que haja uma ampla discussão antes de qualquer decisão. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Chamo o conselheiro participativo da Sé, Paulo Góia, para sua fala. Vou pedir aos nossos expositores que sejam mais objetivos para que sejam cumpridos os três minutos regimentais, que todos possam falar e assim possamos concluir os nossos trabalhos até às 9h30min.

O SR. PAULO GÓIA – Funcionaram direitinho os prós e contras, e aí a minha fala é como Secretário do Conselho Participativo da Sé, portanto, um conselho interessado na ampla discussão e no debate. O senhor falou muito bem. Alguns participaram bastante da construção do Plano Diretor, estamos com ele aí, bom ou ruim, não vem ao caso. É hora de implementá-lo e fazer desta cidade uma cidade para todos. É para isso que, indistintamente, estamos aqui.

Resolvi fazer uma pequena brincadeira. Não se trata de dar uma de língua inglesa, não sou competente para isso, mas quero dizer a vocês que a grande pergunta que ficou do Shakespeare é *to be or not to be, that is the question...* Está errada!

Vou fazer uma brincadeira, que é da seguinte forma: derrubar ou não, desmontar ou não? Será mais nobre suportar na mente as flechadas da trágica fortuna ou tomar contra um mar de escolhos, enfrentando-os, vencer, morrer, dormir... Nada mais. E dizer que pelo sono findam-se as dores, como os mil abalos inerentes à carne, é a conclusão de que devemos buscar morrer, dormir, talvez sonhar... Eis o problema! Pois os sonhos que vierem no sono da morte, uma vez livres desse invólucro mortal, é isso aí que nos deve fazer cismar...

Então ficamos no derrubar, desmontar ou não, no parque ou não, e esse então é o motivo que prolonga a desdita desta vida. Quem é que suportará os golpes do destino, os erros do opressor, o escárnio alheio, a ingratidão do amor, a lei que sempre tarda, o orgulho dos que

mandam, o desprezo que a paciência atura dos indignos, quando poderia procurar um repouso na ponta de um punhal ou na ação policial. No nosso caso, não derruba ou não, parte ou não. Quem carregará suando o fardo da pesada vida se o medo, que vem depois da morte, país ignorado de onde nunca ninguém voltou, nos perturbasse a mente e nos fizesse arcar com o mal que temos em vez de voar para esse que ignoramos, quando, na verdade, o que deveríamos nos perguntar sempre é a quem isso vai interessar... E contra quem, como sempre foi, tal ato vai servir.

Degrade-se bem tudo, baixa bem o valor do metro quadrado, daí a gente sonha e por fim se expulsa quem lá sempre, desde 1971, viveu numa ZEIS, como acredita ser, o Sr. Paulo Maluf? Desconfiemos do indeciso pensamento e das empresas supremas e oportunas, que se desviando do fio da corrente não são mais ação. Eis a questão!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra Felipe Morosini.

O SR. FELIPE MOROSINI – Boa noite. Hoje eu vou falar como morador na frente do Minhocão. Fui convidado, justamente por isso, para ser diretor do Parque Minhocão. Moro num apartamento que era da minha bisavó, e eu acompanhei o que aconteceu à época. Todas as amigas dela tiveram que sair do prédio por questões óbvias.

Há anos atrás eu era o primeiro a defender a demolição do Minhocão. Sempre pensei na parte social, sempre achei que debaixo do Minhocão era lugar propício para morar pessoas. Há dois anos conheci dois parques, os quais foram experiências positivas no mundo, e há dez anos leio qualquer assunto que tenha a ver com espaço público, com urbanismo, com a parte social. Pra mim está claro, é difícil para quem não tem uma visão espacial, se existir um parque devidamente paramentado para os moradores, que têm os seus problemas, que sejam dadas soluções arquitetônicas que já existem.

Não consigo imaginar que um lugar, que muitas pessoas passarão a frequentar, que haverá descaso. É óbvio, estou aqui como um otimista, como um utópico, como um

sonhador de São Paulo, é óbvio que quero ver esse parque. O Jaime Lerner escreveu um livro chamado *Acupuntura Urbana*, que mostra como uma coisa positiva na cidade, o entorno melhora. Não consigo entender muita a questão quando as pessoas falam: eu moro ali. Eu sempre ouço as pessoas falarem: ah, mas o preço dos imóveis vai subir. Aqui há duas questões: sobe a qualidade de vida, sobe o preço do aluguel.

Há também outro lado. As pessoas dizem: o Minhocão garantiu que todos tivessem acesso a um bairro central. Mas garantiu nivelando por baixo. Por que hoje é barato morar entre o 1º e o 5º andar em 70%? Porque é péssimo, ninguém quer morar na frente de uma estrada. Então, parece-me uma discussão mais... O Wilson falou, para mim, a nossa vitória já é enorme, em nome das pessoas, contra a carro-dependência. E esse é pra mim já é um avanço no pensamento urbano na cidade de São Paulo.

A questão é: resolvido o problema do barulho, de horário, de segurança e social, não consigo imaginar como a ausência desse mobiliário terrível pode ser melhor do que um parque.

Houve uma reunião na Secretaria dos Transportes, e foi dito que se ele for demolido, aonde são as colunas serão construídas mais duas pistas, ou seja, não vai ter o Minhocão, mas vai haver uma grande avenida. O que também me preocupa é o direito adquirido das pessoas que todos os dias, às 21h30min, estão lá. Eu sou morador, e realmente eu sei que as pessoas fumam maconha, transam, como em qualquer lugar da cidade. Só que às 21h30min, há famílias, mães com crianças, com cachorros, as pessoas estão ali. No domingo acontece o mesmo.

Consigo imaginar que quem não estiver aberto a imaginar a possibilidade entra numa questão de não ver o poder de transformação que nós temos. Ficam falando em ditadura... Eu vi o reflexo da ditadura na minha bisavó, mas são novos tempos e nós somos responsáveis por uma nova cidade. É óbvio, quanto mais discutirmos melhor para todos. Se tiver de demolir um pedaço e deixar outro, e que a linearidade do parque seja feita pelo

pensamento e não pensar como morador.

Eu estou nessa associação não porque moro ali, é porque sempre tive um grande senso de comunidade e me emociona saber que tantas pessoas moram ali, pagam 70% menos de aluguel porque a qualidade de vida é ruim. Quando a senhora falou da janela antirruído, é uma de saúde. Quem mora lá sabe. Todos que moram no meu prédio têm problema de audição... Não consigo pensar como pessoas podem ser pior do que carros! (Palmas)

É isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Chamo agora o Davi de Lacerda.

O SR. DAVI DE LACERDA – Boa noite, Srs. Vereadores, a todos. Eu moro no entorno, e não imediatamente na frente do Minhocão, moro em Santa Cecília. Soube desta discussão, um amigo disse que estava havendo um conselho participativo e lá as pessoas só falam em derrubar o Minhocão. E eu dizendo que não era isso que ouvia porque as pessoas que convivem comigo, em Santa Cecília, muitas delas querem o Minhocão como um parque. Foi assim que eu cheguei lá e que cheguei aqui.

Há um provérbio que diz que o obstáculo que nos derruba, nos ajuda a levantar. O Minhocão retrata essa situação. É um obstáculo porque nos dividiu histórica, física e socialmente e hoje nos divide ideologicamente. Estamos até aqui separados fisicamente, de modo interessante, por essa razão. E é assim como o Minhocão dividiu a cidade. E isso talvez não seja uma boa coisa. Acho que temos de pensar mais e no futuro, acho que temos de pensar nos problemas, mas não simplesmente para citá-los, mas para resolvê-los. Essa é uma grande questão.

Em relação ao Minhocão, ele é um monstro, mas é um monstro que podemos domar de várias formas. Uma delas é domar com a formação de um parque. O meu apoio é ao parque e eu vou dizer por quê. Em primeiro lugar, temos pouca área verde na cidade, essa é uma realidade, a nossa cidade se tornou bruta e podemos transformar, demora um pouco, mas podemos transformar. Em segundo lugar, contrariamente ao Parque Augusta, não exige

desapropriação, não há custo de demolição e nem é obstáculo para revitalizar o espaço por perto. As pessoas falam: não, é impossível porque os moradores de rua moram lá. É importante ver que eles também são moradores da cidade. O fator é outro. Eles estão lá porque não têm um teto, e nós precisamos pensar por que estão lá. Essa é uma discussão importante. (Palmas)

Em relação ao uso do espaço, é possível ser criativo. Poderíamos, por exemplo, criar no local um mercado de plantas, um parque em cima convida a um mercado de plantas. Isso pode ser criado com quiosques, que podem ser usados para gerar aluguel, emprego, imposto, que poderão manter o parque. Essas soluções são criativas, que precisam sair simplesmente da ideia preconcebida. É possível formar acesso, e isso pode ser feito até hoje no canteiro central, basta modificar um pouquinho o acesso e já se chega a isso, entre as paradas dos ônibus.

Outra coisa em relação ao parque é que nos podemos também fazer hoje, porque eu uso como parque à noite, aos domingos, só não uso durante o dia porque eu não quero ser atropelado. (Risos) Essa é a razão porque eu também não tenho carro. Outra coisa então que podemos fazer é criar uma cerca viva, que poderia ser feita hoje. Uma redução gradual poderia ser promovida com a redução do espaço. Se tomar um metro da estrutura, podem-se colocar árvores e assim funcionará tanto para os moradores quanto para os utilizadores.

A experiência do parque eu falei, e a continuidade é essencial para mim, por exemplo, que ando. Eu queria dizer que, tenho aqui as propostas e posso entregá-las. Defendo o parque porque eu acho que é o melhor para todos, para o entorno, que não consegue ver ainda e para os usuários da Cidade, que já começam a vê-lo.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto - Netinho) – Tem a palavra o Sr. Valmir Matos, da Associação Amo Sampa.

O SR. VALMIR MATOS – Antes de qualquer coisa, eu quero dizer que a

Constituição nos garante o direito do contraditório. Então, todos têm o direito de se manifestar de manhã, de tarde ou de noite. Eu moro no Largo do Arouche e há dez anos tenho como bandeira a demolição do Minhocão, tanto é que eu criei um *blog* que se chama Amo Sampa. Sou gaúcho, mas amo São Paulo.

Defendemos que para a revitalização da cidade de São Paulo tem que haver a demolição do Minhocão, porque essa é uma herança da ditadura militar. Foi construído – todo mundo já sabe – pelo Paulo Maluf.

Com essa construção, o que aconteceu com a Cidade? Vieram: a degradação; a doença; a violência; a desvalorização dos imóveis; a fuga dos escritórios, bancos, hotéis; os restaurantes bons foram todos para fora de São Paulo – vocês são testemunhas do que estou falando – e nós defendemos a demolição do Minhocão para a construção de uma via arborizada com ciclovia, corredor de ônibus, não simplesmente deixar as vigas lá como você falou em cima, no meio da pista.

Fizemos um estudo referente à demolição do Minhocão. O Minhocão foi construído com três mil vigas pré-fabricadas. Por isso que nós falamos em demolição e não implosão e nem destruição do Minhocão. Desmonte, me desculpem. Essas vigas podem ser reaproveitadas em outros lugares, inclusive no Rodoanel. E todo esse material pode ser reciclado para ser utilizado em outras áreas, em outros viadutos, nos bairros, enfim.

Na época que fizemos o estudo custava 98 milhões de reais para o desmonte do Minhocão, já utilizando um estudo para o reaproveitamento desse material, que seria vendido e traria 120 milhões em dinheiro. É o custo do material que está lá. Então compensaria o desmonte do Minhocão. Além disso, teríamos uma Cidade revitalizada, com uma avenida bonita como era antes. Vocês conhecem as fotografias de São Paulo antiga antes do Minhocão . Então, é isso que estamos defendendo. Nós defendemos um projeto. Nós podemos conversar, discutir, mas trazer alguma coisa que sirva para todo mundo desta cidade. Não só para quem quer ou não o parque, mas que todos possam desfrutar de um projeto que seja bom

para todo mundo, para toda a Cidade.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito obrigado. Tem a palavra a Sra. Maria Valéria Farah.

A SRA. MARIA VALÉRIA FARAH – Boa noite. Bom, já falaram muita coisa: de carro, de parque, moradores no Minhocão, a vizinhança, os problemas do barulho. Ela falou muito bem dos problemas da região.

Eu quero falar do resto, onde eu me incluo. Eu sou pedestre, moradora não de Santa Cecília, não do Arouche. Sou do lado da Barra Funda, uma região de uma comunidade de pedestres. Pessoas andam a pé. Essa é a realidade, inclusive de outras áreas, a maioria é uma região da Cidade pedestre e eu quero falar desse resto. Por quê? Porque esse resto dá para entender a pergunta que o rapaz fez. Está havendo muita distorção de palavras. Como pode preferir carro a pessoa? Ninguém prefere carro a pessoa. É porque não se vê pessoas. O Minhocão tem, embaixo, um cemitério. Ela falou a respeito da água e as fotos mostram entupimento, lixo, “noia”, trânsito, carro. O que a foto não mostra é essa população de 230 mil pessoas pegando ônibus. Ali também tem a Santa Casa.

Então, é um cemitério! Há 40 anos, a terra de nossa cidade não vê sol! Vida precisa ver sol. Então, eu quero falar desse resto, que é a vida. Esse resto que não aparece na foto, que não está no parque, que não está só no vertical, é a vida real. Este é o ponto: vida precisa de sol.

Particularmente, hoje, acho que o desmonte é melhor. Não me incomodo de mudar de opinião se não for. Mas o que eu quero pedir? Que essas 230 mil pessoas, que não moram só na parede do Minhocão, que não está só preocupadas se lá passa carro ou festival, ou se lá tem parque, são pessoas que vivem no ônibus, lá embaixo. Elas passam vinte minutos esperando por um ônibus, respirando poluição e som e isso vai continuar com o parque. Por isso que, hoje, eu falo do desmonte.

Existem 230 mil pessoas que não têm tempo, nem cultura, nem hábito de

acompanhar coletivos e jornais para saberem das audiências públicas e, talvez, por isso, não tenham se oposto, ou não tenham trocado ideias.

Então, quando se diz que a audiência pública é o lugar legítimo, concordo plenamente. Mas para que ela seja, além de legítima, democrática, ela tem que ser lá. Isso porque é uma população que não vem aqui. (Aplausos)

É muito importante que seja lá. Então, que todas as audiências sejam lá. Podemos nos informar e nos deslocar, mas eles não e estou aqui para pedir isso.

Como aqui é uma Comissão de Justiça, quero também deixar um registro pertinente à nossa Constituição, que está fundada no Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. (Aplausos)

E a dignidade dessas 230 mil pessoas que não virão aqui, depende das audiências públicas lá e, fundamentalmente, do fim do cemitério. Então, que se vá ao cemitério! Façamos audiência embaixo do Minhocão e vamos ver o que é possível!

Em defesa da dignidade da pessoa humana, é indispensável que a Câmara Municipal promova e divulgue amplamente várias audiências públicas na região do Minhocão, sobretudo com a população local, para apresentar e discutir projetos, estudos de todos os tipos, acerca da desativação, do parque e do desmonte. Isso porque, quando decidirmos, saberemos que foi consciente, mesmo que seja pela manutenção, pelo desmonte ou por uma terceira via. Mas, isso tem que ser decidido lá, perto da população, que está condenada, há 40 anos, a viver e a conviver com um cemitério embaixo do Minhocão.

Obrigada. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado, Valéria.

Tem a palavra o Sr. José Geraldo S. Oliveira.

O SR. JOSÉ GERALDO S. OLIVEIRA – Boa noite a todos.

Achei estranho, Sr. Vereador, V.Exa. dizer que o Plano Diretor e o PL não saíram desta Casa. Acho que tudo tem que passar por esta Casa. Tudo tem que nascer nesta Casa.

Tudo tem que nascer na lei.

V.Exa. disse que o Plano Diretor é um plano que só direciona, que não especifica. O projeto de lei, também, que não determina uma lei, apenas a projeta, e não passou aqui pela Casa. Não sei se estou enganado.

O SR. NABIL BONDUKI – Não, não foi isso. Falei que não foi apenas os vereadores que propuseram. Falei que faz parte de um processo de debates.

O SR. JOSÉ GERALDO S. OLIVEIRA – Pois é. É aqui que eu quero chegar. Exatamente, nós todos aqui estamos representando a maioria dos moradores do entorno do Minhocão. Moro ao lado do Minhocão. Sei dos problemas que existem no Minhocão. Atuo como Vice-Presidente do Conseg de Santa Cecília/Campos Elíseos. Estamos atuando, constantemente, no setor da segurança. Sabemos, perfeitamente, exatamente os problemas que vão causar esse parque do Minhocão. Lá vai ser um ponto vulnerável de segurança.

O que foi falado hoje, é o que o acontece. É sexo ao vivo, é degradação da miséria, é gente fumando maconha. O Minhocão fechado, também, no período da manhã, vai ocorrer a mesma coisa, porque as Polícias Militar e Civil não têm contingente, não têm estrutura para abranger a quilometragem que já existe! A quilometragem superior do Minhocão será outro problema e quem suportará isso? Serão os moradores do entorno do Minhocão, e que não foram consultados.

Existe um abaixo-assinado com cinco, seis ou sete mil assinaturas, mas que não são todas de moradores do entorno. São de pessoas que moram em Juquitiba, Paraná, Belo Horizonte, pessoas menores de idade. Enfim, não representam a maioria dos moradores do entorno do Minhocão. Basta vermos os domingos, pela manhã, o pessoal colhendo as assinaturas para o abaixo-assinado, para verificarmos que essas assinaturas não são somente de pessoas que moram no entorno do Minhocão. São assinaturas de pessoas que vivem em outras cidades e que vão ao local a título de lazer. Não são somente assinaturas dos moradores. Os moradores não foram, sequer, consultados. Eu não fui! Eu moro há 45 anos ao

lado do Minhocão e nunca fui consultado! Os meus vizinhos nunca foram consultados.

Temos uma certa reserva com relação a esse parque. Falo especificamente com relação à segurança. A segurança da Cidade, do Estado de São Paulo e do país é precária e vamos criar mais um ponto de insegurança e serão os moradores do entorno do Minhocão que sofrerão com isso.

Então, peço para que todos os moradores do entorno do Minhocão pensem exatamente nesse ponto: segurança.

Obrigado a todos. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço ao Sr. Geraldo e explico que não há nenhuma decisão tomada. Portanto, você está sendo consultado aqui. Como não há nenhuma decisão tomada, estamos consultando a todos. Do contrário, ficamos imaginando que há uma decisão tomada e não há. Esta é a primeira Comissão em que o processo passa, então, o debate está só começando.

Acho que as pessoas podem discutir o que quiserem. O que não podemos é não permitir o debate acontecer. Institucionalmente, ele começa agora. Portanto, com a responsabilidade de todos falarem. (Aplausos)

O SR. NABIL BONDUKI – Nobre Vereador José Police Neto, só queria ler, para não pairar dúvidas, porque acho que nem todos conhecem, o texto que está no Plano Diretor. Isso só para todos saberem que, tanto a tese de vocês quanto a tese dele, estão contempladas no Plano Diretor, que diz o seguinte: “Lei específica determinará gradual restrição ao transporte individual motorizado definindo prazos até sua completa desativação como via tráfego, sua demolição ou transformação, parcial ou integral, em parque”.

Portanto, mesmo que eventualmente, nem todos os grupos se manifestaram, o texto aponta uma perspectiva com as duas possibilidades. Não é um texto que restringe a uma das duas, ele apenas aponta, mas é o que todos vocês manifestaram, ninguém falou em contrário, é que deve haver uma gradual restrição, até a desativação, como via de tráfego. Isso

ambos defendem. O que fazer depois disso é o debate que estamos travando agora.

Esse é debate e vocês estão sendo consultados exatamente para que essa lei seja feita. Um projeto de lei é um projeto que está em debate e poderá ser desenvolvido ao longo desse processo. Quero deixar claro que a nossa perspectiva é de ouvir e debater o máximo possível até chegarmos a algum resultado.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI – Não, o projeto de lei é projeto.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI – Está contemplado. Estou falando que há uma lei aprovada, que é o Plano Diretor. Isso está valendo para a Cidade. Projeto de lei é uma intenção...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI – Tanto que vocês estão vindo para falar contrário ao projeto de lei. Esse é o processo democrático de debate de uma lei.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Não podemos obrigar que os projetos contemplem tudo quando uma decisão tem de ser tomada. Portanto, se há um grupo da sociedade que vem debatendo e se articulando pela montagem do parque, ele se relaciona com as pessoas e, portanto, permite sonhar um pouquinho. Da mesma forma, todos aqueles que militam pela derrubada também podem sonhar e materializar projetos junto com Parlamentares para derrubada dele. É isso que estamos dizendo. Não há problema quanto à construção disso. Não podemos é deixar de realizar o debate. (Palmas) Por isso estamos aqui para fazê-lo.

O SR. NABIL BONDUKI – Apenas para concluir e para que todos possam entender, um projeto de lei exige substitutivos que tratem da mesma matéria. Isso é o processo de debate. O próprio Plano Diretor teve um substitutivo, por nós elaborado aqui na Câmara, que em muitos aspectos se diferenciava do projeto original. O mesmo pode acontecer neste

caso e é por isso que estamos debatendo. Poderá surgir e deverá surgir certamente um substitutivo em relação a esse projeto de lei. Qual vai ser o teor desse substitutivo, é para isso que estamos debatendo.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Deixe-me falar uma questão importante para trazer um pouco a lucidez de todos.

A ideia do parque no Minhocão não é recente. Um Vereador, que é colega nosso, nesta Casa, apresentou em 2005 um projeto que também já tratava desse assunto. No debate do Plano Diretor trouxemos isso para uma diretriz da Cidade. E o texto tratado como diretriz da Cidade contempla o que é objetivo: todas as formas que não o Minhocão para o carro individual. Se tivermos maturidade para chegar a algo que a ampla ou que alguma maioria aponte, temos de entender também a sociedade com regras claras e democráticas. Num momento, 50% mais um, se for levado a isso, vai decidir por uma fórmula e teremos assim que reger o nosso estado democrático de direito.

Portanto, vamos avançar, vamos debater e vamos construir aquilo que pode ser um consenso ou aquilo que pode ser uma disputa no voto.

Com a palavra o Sr. Eurico Rocha.

O SR. EURICO ROCHA – Boa noite. Represento uma parcela dos universitários da Vila Buarque que considero um Quartier-Latin, imagino um nome mais apropriado. Estou aqui para convidar vocês a conhecerem o mais novo parque da Cidade que já está pronto e fará 120 anos no dia 20, que é o Parque Ulisses Guimarães, localizado dentro do parque que chamam D.Pedro II. Fizemos um trabalho enorme com a comunidade e ele foi gradativamente sendo revitalizado. Por isso ele está pronto lá. E se a população não frequentar o parque que está lá, onde há árvores e tudo, ele será ocupado por outros tipos de moradores. Quer dizer, eles acham que têm direito também e têm. Há uma parte com gente que mora lá e frequenta o parque, mas essa não é minha área.

Quero convidar todos e dar esse presente à Cidade, porque falam em parques a

serem feitos e já existe um lindíssimo, no Centro, do lado do Catavento, a Casa das Retortas. Moro ali naquela região. Em razão disso, fui para a Vila Buarque, onde me convidaram a participar de um movimento e eu estou participando.

Então está feito o convite. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço o Eurico. Com a palavra o Sr. Francisco G. Machado, síndico e membro do Conseg Santa Cecília.

O SR. FRANCISCO G. MACHADO – Boa noite a todos. Boa noite, senhores membros da Mesa e todos os presentes.

Serei rápido, pois vários oradores já falaram a respeito do assunto polêmico, muito polêmico, houve a brilhante exposição da nossa Yara e estamos aqui hoje. Falo como síndico do meu prédio da Rua Dr. Albuquerque Lins, praticamente ao lado do Minhocão. Estou nesse local há 17 anos, são duas torres, onde vivem 350 pessoas, que ficaram surpresas quando informei, por meio do mural dos nossos quatro elevadores, sobre a realização desta audiência, porque a população não está sabendo o que está rolando. Simplesmente, não está sabendo. Quer dizer, não estamos sendo consultados.

A respeito do parque, em princípio, essa é uma ideia muito bonita. Quem é contra um parque? É uma coisa maravilhosa estar no meio dos passarinhos, das plantas, das árvores e tal, mas cada macaco no seu galho. Em cima do Minhocão, não. Pelo amor de Deus! Nós vamos transformar o Minhocão numa favela. (Palmas) Simplesmente isso. Basta irmos à Praça da Sé. Quem aqui vai à Sé e diz que é maravilhoso? Entretanto, em matéria de arquitetura, é linda, mas está cheio de nóias, de moradores de rua, de assaltantes. Você passa ali com medo. Por quê? Porque a municipalidade é incompetente de garantir a segurança dos munícipes. É uma coisa horrorosa.

Desculpem se vou repetir, mas moro há 17 anos no mesmo local e vi a degradação do nosso bairro, do nosso lar. Economizamos por anos para comprar um apartamento e termos um teto para a nossa família e hoje ninguém mais sai do meu prédio depois das 20h, porque é

tiro e queda: saiu, é assaltado. É só ver debaixo do Minhocão, em frente à Rua Marechal Deodoro, os coitados dos sem-teto e a municipalidade não faz nada. Debaixo do Minhocão, veem-se nórias à luz do dia traficando, bandidos que nos assaltam na esquina, como presenciei inúmeras vezes, achaque. Quando fecha o sinal, eles vêm com o estilete e dizem: dá “dez real”, “dez real”. Se o sinal abre, eles riscam seu carro e você tem de pagar 500 mil reais para funilaria. Depois você vê ali o cara que lhe achacou, que lhe assaltou e não adianta ligar para o “190”. Não adianta.

Estou dando o meu testemunho neste Plenário democrático em que se está debatendo as várias ideias. Mas, a população do meu condomínio está horrorizada e com a ameaça de ver transformado algo que em si, em tese, é idílico: transformar aquilo num parque, quer dizer, numa favela suspensa. Literalmente numa favela suspensa. Não temos segurança, é transpor os problemas debaixo para cima. É multiplicar os problemas face à incompetência do Poder Público de garantir a segurança dos munícipes. Isso é um fato concreto. Agora, no entorno dali, Santa Cecília, nós temos 250 mil munícipes que pagam em dia os seus impostos. Impostos muitas vezes abusivos. Mas nós somos eleitores. Somos eleitores. A nossa insatisfação e indignação com muitas coisas que estão rolando nesta cidade, que são impostas sem conhecimento da população, vai se refletir nas urnas depois.

Agora, prestem atenção, são mais de 250 mil eleitores, que não estão sabendo. Vim a esta assembleia quase na última hora, porque se não tivesse recebido o telefonema da Sra. Iara eu não saberia. Isso não é informado à população? Estamos na democracia, a ditadura foi na época do Maluf, quando ele construiu esse monstrego. (Palmas) Pelo amor de Deus.

Termino dizendo o seguinte: alguém quer passear com certa segurança, se distrair, lazer, magnífico! Faça como eu, vá ao parque da Água Branca, há cinco minutos. Agora, não vamos multiplicar os problemas do entorno e transformar o Minhocão numa favela suspensa. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Maria Ângela, moradora de frente ao Minhocão, no primeiro andar.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Calma Sr. Francisco, calma.

A SRA. MARIA ÂNGELA – Sou moradora há quase 10 anos, não participo de nada, esta é a primeira vez. Moro de frente ao Minhocão, no primeiro andar, vejo tudo o que se passa. Quando chove vejo as pessoas correrem, vejo quando tem raio, o pessoal quando faz caminhada, de repente começa o raio, não tem nem para onde correr.

Sou a favor de tirar o Minhocão. Eu tinha 15 anos quando o construíram, lembro daquela passagem sem o elevador, era lindo. Penso que deveria voltar, sou a favor do verde, gostaria de abrir a minha sacada e ver o verde, respirar. Sei que não vai ser isso

Vejo coisas horríveis de pessoas passando, fumando baseado, sinto o cheiro da maconha dentro do meu apartamento. Tem gente jogando bola, já quebrou o vidro da minha vizinha. O síndico do prédio não quer pagar. Ela vai ter que se virar. Fui metroviária. Aqueles ônibus que saem de lá vão ter que sair, os que passam embaixo do Minhocão vão sair quando fizerem aquela Linha Laranja. Eles vão sair de lá. Vão ficar até Santa Marina, não virão para o Centro. Aquilo vai desafogar. Os ônibus que passam embaixo são de Pirituba, Brasilândia, Freguesia. Vai melhorar tudo ali.

Quando inaugurar a Linha Laranja do Metrô vai melhorar ali. Não precisa de parque. Temos necessidade de parque, mas não ali. Vai desvalorizar o imóvel que fiz tanto sacrifício para comprar, ainda estou pagando. É uma loucura isso aí, eu gostaria do parque, mas em outro lugar, não lá.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito obrigado. Agora é Rosa Sílvia Lopes, do Instituto Rede de Brasilidade, Barão de Campinas.

A SRA. ROSA SÍLVIA LOPES – Boa noite a todos, aos edis, tudo o que foi dito, de alguma forma um pouco desorganizada e perdida, reflete a busca e a necessidade de

qualidade de vida. Ninguém é contra qualidade de vida aqui, duvido que se eu perguntar alguém levante a mão. Acho que não. Ótimo. Menos mal.

Só que precisamos ter ouvidos abertos para a realidade. Sou sim contra o Minhocão porque, infelizmente, também como a colega munícipe moradora eu não conheci – era muito novinha – quando se constituiu o Minhocão. Só conheci pelas fotos antigas. Dá dor no coração não ter conhecido a São João, do Oswald Andrade, do Mário Andrade.

Era algo triste para mim, aos meus 10 anos, passar de ônibus por debaixo do Minhocão - sou pedestre até hoje por opção – e ficar imaginando: será que aquela casa antiga era a casa do Mário? Só depois vim saber que a casa dele original era na Rua Aurora, não aquela que existe hoje na Barra Funda. A casa onde ele nasceu foi demolida há muito tempo.

Aí chega a questão, como diz o Godard: revolução transformadora só se faz a partir da memória. Nós tivemos no Minhocão muito mais do que uma divisão, como disse o nobre Police, nós tivemos uma fratura. Foi uma quebra, muito bem colocada pelo Vereador Bonduki, que é uma cicatriz que ainda está infeccionada por dentro. Por dentro nós temos embaixo do Minhocão.

Caminhem por lá, mas caminhem frequentemente. Não tenho mais coragem de caminhar por lá depois das 10 da noite. Só passo de ônibus, mesmo assim com medo que o ônibus encrenque lá perto. Não dá pessoal, não dá para nós criarmos um paliativo por sobre. Infelizmente vamos ter que encarar o desmonte.

Como disse bem a colega munícipe que temos ali um cemitério de mais de 40 anos. Aquilo tem que sair de lá. Não dá mais para viver assim e não vai virar, como disse o outro munícipe também, que afinal de contas não é do tempo da sua bisavó, como também na memória da história.

O que aconteceu na Síria com o empalamento nos diz respeito. Ninguém vivenciou a Síria, suponho. Não. Como também o Holocausto. Não sei se existe alguém ainda que viveu essa triste experiência, não vivenciei, mas não quero se repita. O que aconteceu com a sua

bisavó nos diz respeito sim, não está longe não.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ROSA SÍLVIA LOPES – Não foi o que você disse. Mas enfim, converso até, mas não foi o que você disse.

É importante de observar que não se trata de uma mera divisão que o Minhocão traz, mas traz realmente cicatrizes e isso precisa se transformar. Precisamos reaver nossa memória, fazer com que São Paulo renasça e acho que é possível desencavarmos desse cemitério todas as beleza que existem lá. Tudo o que já foi a São João e que não precisam ser só fotos antigas.

Vou repetir e encerrar a minha palavra, como disse Godard: a revolução transformadora só se dá a partir da memória. Não será jogando um pano, encobrendo o que aconteceu , que nós vamos cobrir esse cemitério.

Vamos transformar São Paulo, fazê-la renascer. Vamos contar com a vereança para que isso aconteça, contar com esta Casa e com a população que, em conjunto deseja a mesma coisa, ou seja, a qualidade de vida.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Davi Abrão Calixto.

O SR. DAVI ABRÃO CALIXTO – Boa noite à mesa, boa noite aos que são a favor do parque, queria dizer que vimos aqui muita emoção, mas é importante por ser democrático o debate que está acontecendo. Na democracia existe a constituição, como todo mundo sabe. Quero dizer que para a gente argumentar alguma coisa foram feitos estudos, demonstrando que a poluição ambiental sonora e visual que o Minhocão proporciona hoje atinge a saúde de qualquer pessoa.

Não vamos mais discutir o emocional, vamos falar de lei. Queria perguntar ao Vereador se esse projeto saiu daqui do Legislativo para o Executivo ou vice-versa? O projeto saiu daqui?

O SR. NABIL BONDUKI - O projeto de lei não saiu daqui.

O SR. DAVI ABRÃO CALIXTO – Não.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Ele começa aqui, ele sai daqui depois que vira lei.

O SR. DAVI ABRÃO CALIXTO – Como se trata de uma transformação teria que sair do Executivo. A gente vai colocar primeiro isso. Agora a segunda parte é o seguinte: se fosse para construir no dia de hoje, o Paulo Maluf não conseguiria construir. Por quê? Ele teria de ter um recuo de dez metros para cada prédio. Então, já está ilegal isso.

Podem ter certeza do seguinte: a partir do momento que ele for desativado, vamos argumentar, como falei, pois independente se tem um Plano Diretor, ou a opinião 'x' ou a opinião 'y', existe uma legislação e vamos brigar, ferozmente, em cima de uma legislação. Não do achismo: eu acho, você acha.

Como foi dito aqui, é democrático, ótimo, todo mundo expôs sua opinião. Quero dizer para vocês que sou paisagista, sou Presidente da Associação dos Paisagistas, Floristas e Ecologistas do Estado de São Paulo.

Estou fazendo um projeto para implantar árvores debaixo do elevador, de ponta a ponta. Estive conversando com o Subprefeito e um projeto a 100% privado, que sei, como o Subprefeito falou para mim: “Eu não tenho dinheiro para nada”. Ele disse isso para nós no sábado.

Então o que acontece? Estamos lutando para a melhoria para vocês, para nós, só que temos de entender, independente da opinião de todos – que tem de ser respeitada, isso é democracia – existe lei.

A partir do momento que começarmos e vou dizer o que é lei: uma moradora ligou para o Ministério Público, falando: “Acontece isso, isso e isso no elevador”. Sabem o que foi respondido para ela: “Se a senhora fizer queixa formalmente, vamos interditar o Elevado Costa e Silva, tá certo?”

Então, que seja claro para vocês: vai gastar dinheiro para fazer um parque, que seja aprovado, não sei, estamos discutindo, hoje, ouvindo a opinião de todo mundo.

Mas vamos dizer que seja aprovado. Saibam que vai haver sérios problemas judiciais. Isso é indiscutível.

Quero dizer o seguinte: foi falado em 4 mil pessoas. Estamos falando um abaixo-assinado envolvendo Higienópolis, Perdizes, Santa Cecília, Barra Funda, com 700 mil pessoas, não com 4 mil. E vamos ver, vamos levando até onde vai isso.

Eu respeito a opinião de todos, só que como a nossa colega colocou – e nunca tinha pensando nisso – realmente, aquele Minhocão embaixo é horrível.

Vocês imaginem aquele espaço com árvores, ciclovias. O exemplo para vocês é a avenida Pacaembu, que linda que é. É deslumbrante a avenida Pacaembu. Parem em cima do Elevado, ou ali, na General Olímpio da Silveira e olhem para a avenida Pacaembu. É algo de se encher os olhos aquela avenida Pacaembu. E não esse desastre atômico – e tinha de ser dessa ‘anta’ do Paulo Maluf, desse canalha, tinha de ser dele, tinha de surgir desse, e não vou falar o resto em respeito às senhoras. (Palmas). Não aguentamos mais!

E, para finalizar, quero dizer o seguinte: vamos levar, independente da opinião e do Plano Diretor, o que vai prevalecer é a legislação. Vai prevalecer a Constituição. Não o achismo.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto – PSD) – Obrigado. Próximo é o Sr. Pedro Cicconi Teixeira.

O SR. PEDRO CICONI TEIXEIRA – Boa noite. Ninguém tocou nesse assunto, que acho que é o que mais profundamente vai mexer, ou seja, o que a mudança do Minhocão, vai representar essa mudança como símbolo para São Paulo.

Estamos discutindo uma mudança pública, política, mas que vai representar uma mudança geral para o próximo século.

Estamos cansados do incentivo do automotor. E isso é unânime. Só que já que

vamos mudar, vamos pensar no melhor jeito para fazer uma mudança geral que, realmente, traga qualidade de vida para toda São Paulo.

A pergunta que não quer calar é a seguinte: todo mundo, desse lado aqui, quer o parque; todo mundo desse lado, aqui, não quer o Minhocão. Porque não fazer o parque o linear sem o Minhocão? Acaba com a avenida... (Palmas)

O desafio é grande, e envolve questões do transporte, mas por que não diminuir, essencialmente, essa avenida: Amaral Gurgel, e a São João? Diminuir essencialmente o uso do carro lá, e fazer o parque linear, como é feito em diversas cidades, como em Seul, por exemplo, que foi feito.

O ponto que desejo chegar é o seguinte: não adianta nada tirar o Minhocão, desmontar o Minhocão, e a avenida continuar e virar uma Consolação, ou Santo Amaro. Vamos trazer alguma mudança impactante para São Paulo? Retirar o Minhocão, mas a Amaral Gurgel e a São João virar uma Santo Amaro ou uma Consolação? Não vai adiantar nada.

Agora vai adiantar fazermos o parque e continuar esse cemitério dos mortos embaixo? Também não.

A única coisa que peço – não sou técnico do assunto -, mas seja qual for a medida tomada, se for pra retirar o Minhocão, que pensemos no parque linear, na avenida, no chão, como é feito em diversas cidades do mundo.

Mas, ao pessoal desse lado de cá, vou dar minha opinião também. Só que assim, se não for feito isso, eu prefiro o parque do Minhocão. Eu prefiro o parque acima do que uma outra Consolação. Não quero uma outra avenida Consolação, nem outra avenida Santo Amaro.

Também tem de fazer e evitar o cemitério embaixo. Acho que é o bom senso.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bem. Quero agradecer o Davi Abrão Calixto que foi o primeiro que conseguiu agradar a todos.

Desculpe, Pedro, muito obrigado Pedro.

Quero chamar o Artur Monteiro, Conselheiro Participativo. O 16º era mais uma inscrição, o Valmir Matos, mas ele já fez uso da palavra, por isso, chamo, agora o Artur Monteiro. Peço para se aproximarem do microfone o Rafael Vitoriano e, depois, a Ana Prado.

O SR. ARTUR MONTEIRO – Boa noite aos presentes. Meu nome é Artur Monteiro, sou do Conselho Participativo da República e também membro integrante da Comissão de Planejamento do Orçamento Participativo – CPOP.

Serei objetivo e prático, pois quem me conhece sabe que sou assim. Farei perguntas direcionadas à Mesa e gostaria de ter as respostas.

Primeiro, por que o Parque Minhocão não está contemplado no projeto da Água Branca? No projeto da Água Branca tinha o aterramento.

Segundo, e mais importante, por que ele foi criado como Zepam?

Terceiro, será usada a verba do Fema para construir o parque?

Quarto, escutei, aqui, tanto eles lá – que defendem a criação do parque -, como vocês daqui – que defendem o desmonte do parque. Mas, existe algo chamado, dentro do Plano Plurianual da Prefeitura, o PPA, a criação – e tem verba para isso e vocês podem, muito bem trazer para cá – do equipamento desportivos para a região central e que custa, apenas, 1,125 milhão. Apenas: um milhão cento e vinte e cinco mil.

Esse centro esportivo contemplará várias coisas, que, justamente, vocês podem providenciar: piscina olímpica, por exemplo, podem ter vários “outros itens agregados aos esportes, e isso vai custar muito menos”.

Vocês estão discutindo e não sabem onde está a verba.

Por exemplo, discutimos para a região central o primeiro CEU. O primeiro CEU será levado para a Baixada do Glicério. O CEU custa 30 milhões. Nada impede que vocês peguem um CEU para trazer para cá, para a região de vocês. Porque isso está no Plano de Metas.

E vocês estão discutindo, justamente, e criando impasses. Acho que nós precisamos nos unir e trazer, realmente, os recursos.

Afinal, quando escuto: lá está faltando o lazer e as pessoas usam isso, não é melhor ter, de repente, um lazer específico que você possa usar, do que um parque?

Quando ela coloca que o Minhocão não tem estrutura para criar parque. Não tem. Como é que você vai fazer o enraizamento das árvores? Onde você vai colocar as árvores? Outra coisa, Zepam é Zona de Proteção Ambiental, vai ter mata nativa lá? Eu não entendo isso. Não tem fundamento.

Isso aqui, senhores, a verba vindo da Fema é para, justamente o que? Para a criação de parques dessa natureza e para a manutenção dos mananciais das nascentes.

Não temos uma crise de água na Cidade. Acho que não temos. Por que esse dinheiro não pode ser usado para monitoramento das águas.

Não entendo porque isso foi criado como Zepam. Obrigado. (Palmas)

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o nobre Vereador Nabil Bonduki.

O SR. NABIL BONDUKI – Pessoal, tenho um compromisso, daqui a pouco. Vou responder as questões de vocês e pedir licença para me ausentar.

Primeiro o Minhocão não foi trabalhado em Zepam. Zepam, para quem não sabe é Zona Especial de Proteção Ambiental. Os parques propostos do Plano Diretor, foram transformados em Zepam. O Minhocão não foi proposto ainda, embora essa possibilidade esteja colocada, não foi proposto, ele como parque definitivamente, foi apenas previsto essa desativação gradual e a questão do Parque ficou para o projeto de lei, portanto ele não é Zepam, e também, e o recurso do FEMA não tem nenhuma previsão de que seja usado o recurso do FEMA para essa finalidade. Isso é uma questão de quando se decidiu o que for fazer vai ter que se definir quais são as fontes de recurso para qualquer uma das transformações que acredito seja o desejo de todos aqui realizar.

A questão da Água Branca, o Minhocão não está no perímetro da Operação Água

Branca. Uma parte dele está na Operação Urbana Centro, que não tem hoje, praticamente, não tem recurso, Tem um recurso muito pequeno. O que talvez você esteja se referindo é o seguinte fato: havia uma possibilidade que foi levantada e que, vamos dizer assim, ela não está 100% descartada, mas acredito que nas condições do Município, não é prioritária, que seria o enterramento da ferrovia, da Lapa, até o Brás e a substituição, e a criação de uma avenida sobre a ferrovia que poderia substituída, do ponto de vista, por detrás do Minhocão. Houve, inclusive, uma proposta muito embrionária na Operação Água Branca, que apenas, para enterrar 3 km da ferrovia, fora os problemas de complicação com trem de carga, com rampa – vocês sabe que o trem tem uma declividade menor, só isso significaria o recurso da ordem de 3 bilhões a quatro bilhões de reais, que eram o dobro daquilo que seria previsto, na melhor das hipóteses, na arrecadação da Operação Água Branca, portanto isso foi descartado e é um custo muito alto, sem contar que envolve. É um problema mais complexo, não é o caso de entrar aqui. isso não foi previsto. Temos hoje, como já foi dito aqui, outras alternativas a médio prazo para que o trânsito do Minhocão deixe de ser um elemento para que o Minhocão seja mantido. A linha laranja do Metro, vários outros corredores de ônibus que estão previstos na cidade e eventualmente até o apoio Sul que é a continuação da Marquês de São Vicente, cruzando aquela parte que hoje ela se interrompe, ligando portanto... A grande questão é o seguinte: o minhocão faz parte da ligação Leste Oeste. Em se viabilizando o chamado apoio Sul, que é a ligação, a continuidade da Avenida Marques de São Vicente, eventualmente isso seria um elemento que desafogaria e faria essa ligação sem depender do Minhocão. São alternativas que serão estudadas e em outra audiência pública podemos, em primeiro lugar dar a palavra para o pessoal da área de transporte, para poder se pautar o debate, aprofundar essa discussão. O pessoal de transporte, Secretário do Meio Ambiente que esta aqui, poder levantar essa questão. Temos vários pontos de vistas que seriam importantes nesse debate ser colocado,

Não quero me estender mais. Tem muita gente inscrita aqui e dizer que não tem

nada definido, não tem lei aprovada sobre esse assunto, tem o Plano Diretor que aponta o que tudo mundo quer aqui, que é desativar o Minhocão como via de tráfego. O que fazer a partir daí é o nosso debate. Estamos apontando para uma perspectiva importante para a cidade e a partir daí o debate tem de ser feito, inclusive em que prazo será possível essa desativação. Não tenho dúvida nenhuma, que o Minhocão deve ser sim desativado. Porque ele é uma cicatriz. Tudo que vocês falaram aqui. Realmente o impacto dele foi negativo, e temos de encontrar soluções. Uma coisa que seria importante para outra audiência pública, é trazer aqui algumas das propostas do concurso. Afinal foi feito, muito trabalho envolvido que apontou possibilidades de uso. Depois resolver, ou para poder ajudar a gente resolver. São só ideias para que possamos ter um calendário de debates sobre esse tema.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – O próximo inscrito é o Rafael, mas estou com dois ou três membros da Mesa que precisam sair. Vou pedir paciência para o Rafael e para vocês para uma breve palavra do Secretário de Verde e Meio Ambiente e uma breve palavra ao técnico da Secretaria de Transporte, o Vicente, para que possamos avançar nas informações técnicas trazidas pelo Executivo.

Com a palavra o Secretário Wanderley Meira do Nascimento.

O SR. WANDERLEY MEIRA DO NASCIMENTO – Inicialmente, parabenizar a todos os presentes, mesmo pelo horário. Vou dar apenas um informe que acredito ajuda a enriquecer o debate. Foi colocada aqui a questão do FEMA. A Cidade de São Paulo de São Paulo hoje, na Secretaria do Verde e Meio Ambiente, temos cerca de 154 DUPIS – Decreto de Utilidade Pública para posterior transformação impacto. Essas 154 DUPIS remontam valor de dois bilhões, mas parece uma peça de ficção científica. A minha secretaria tem algo em torno de 300 bilhões de recursos, para tudo: manejo, manutenção, vigilância. Acho que faltou um pouco nesse debate, alguns ingredientes, mas importante do ponto de vista da execução, seja de um lado, seja do outro, e que se fale um pouco de orçamento. Esse é o mundo real. O

mundo real é esse que a gente vive. Há pouco, tive uma discussão com o pessoal do Parque Augusta, onde fiz a mesma observação. Na verdade o que Administração Pública precisa e o que a gente busca, é o que a gente quer cada vez mais esse tipo de reunião que se tome decisões de forma participativa. Disse para as pessoas do Parque Augusta, o que mais precisamos é decidir prioridades. O que é mais importante para a Cidade de São Paulo. São os Parques do Itaim que são cortados para o esgoto, literalmente a céu aberto, é o Parque Augusta, não sei se é o Parque Augusta. Não cabe ao gestor público tomar essa decisão. Mas a população de forma organizada a tomar essa decisão e com base nas nossas informações para um negócio chamado recurso. Ai a gente começa a falar com mais clareza. Vai essa observação para que enriqueça o debate e que a gente pense um pouco com pé no chão e aí, estava a pouco falando com Nabil, que precisamos, já foi colocado aqui, talvez fazer algumas especificações, mais claras e com estimativa de custo mais precisa, tanto para um lado, quanto para o outro. A informação que teria de dar para vocês é essa. A Cidade de São Paulo, hoje, a Secretaria do Verde não tem recurso previsto para investimentos. Tem recurso para fazer manutenção e mesmo assim está sendo feito de forma precária, não com a qualidade que gostaríamos. Gostaríamos de ter 103 parques Ibirapuera. Temos só um. Hoje temos 103 parques funcionando que é muita coisa. E está prestes atingir 105. 106, porque tem o Parque do Jóquei, tem outros parques ai, em implantação, em andamento.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Muito bem. (Palmas)

Obrigado, Secretário Wanderley.

Quer falar um pouquinho, Vicente?

Deixarei Vicente falar e já passarei, depois, para Rafael.

O SR. VICENTE - Boa noite a todos. Sou Gerente de Planejamento CET, estou aqui representando o Secretário Jilmar Tatto.

Queria dizer para vocês que sou funcionário de carreira da CET, sou arquiteto. Durante esse período todo que trabalho na CET - mais de 20 anos -, já fizemos diversas vezes

estudos, simulações para prever o impacto que seria a retirada do Minhocão. Vocês podem ficar surpresos com o que vou falar aqui - porque trabalho na CET -, mas nenhum desses estudos mostrou uma tragédia para a cidade, tá? Estou falando como Gerente de Planejamento da CET.

Nesta gestão, vocês estão vendo o que está sendo implantado de faixas exclusivas de ônibus. O foco mudou. Hoje trabalhamos para a mobilidade urbana, não é em função do automóvel. Então, vocês estão vendo a rua, as faixas... (Palmas)... As ciclovias.

Infelizmente, não tenho aqui números e não atualizamos o estudo da retirada do elevado, mas o que posso adiantar para vocês é que, apesar de haver um pequeno impacto nas redondezas, esse impacto é perfeitamente possível de ser resolvido com medidas de engenharia de tráfego.

Como que eu poderia explicar isso para vocês? As pessoas podem ficar surpresas com o que estou falando, mas é simples de explicar. O elevado faz parte de uma rede viária. São vasos comunicantes. Então, ninguém consegue imaginar a hipótese de se retirar o Elevado e todo o mundo que passa hoje pelo Elevado ficar represado embaixo. Isso não vai acontecer. As pessoas vão procurar outros caminhos e esses veículos que estão hoje sobre o Elevado vão se distribuir pela cidade, se pulverizam na cidade.

Então, é isso o que eu queria dizer hoje.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Muito bom. Talvez a maior contribuição técnica a qualquer decisão que seja tomada é essa que enfrenta a boa antilógica de que a carrodependência não pode ser enfrentada reduzindo o espaço para o carro.

Rafael, do Conselho Participativo, tem a palavra.

O SR. RAFAEL - Boa noite a todos. Vou cumprimentar a Mesa, na pessoa dos Vereadores Police Neto e Ricardo Young.

Bem, acho que cada vez fico mais em dúvida se construímos um parque ou se desmontamos o Minhocão. Realmente não é uma decisão fácil. (Risos)

Acho que toda discussão tem esse grau de empolgação de quem defende uma ideia. Fico muito preocupado também quando escuto moradores de lá - e aqui há uma parte representativa deles. Realmente eu passo também, sinto todo esse problema, essa problemática do Minhocão, essa insegurança. Acho que temos de respeitar os dois lados.

Pedro colocou uma ideia que acho que foi a mais correta: tirar o Minhocão e fazer um parque linear. Na verdade, o que não podemos fazer é improvisar. Nossa cultura é uma cultura de improvisação. E, para tomarmos decisão, precisamos ter conhecimento. Não é com base em: "Eu quero um parque" e vamos fazer um parque; ou: "Quero derrubar o Minhocão" e vamos derrubar o Minhocão.

Precisamos de elementos, não é, Police? Não dá para... Acho que até para vocês é difícil, não é? Vocês vão ter de tomar essa decisão lá na frente, concorda? Então, precisamos aprofundar, e essa discussão não pode ser feita a toque de caixa. Acho que temos de amadurecer a ideia, acho que todos nós aqui podemos encontrar uma solução e, se for o caso mesmo, desmontar o Minhocão aos poucos. Não conheci o lazer do Minhocão e, domingo eu peguei a bicicleta e andei. Gostei de andar no Minhocão aos domingos. Mas tem a questão dos carros, que a gente também precisa verificar onde vão esses carros. Ou seja, não é uma coisa que tem que ser feita a toque de caixa, mesmo porque a lei fala em multa, e temos de tomar muito cuidado com isso. A forma como a lei está é muito ruim, porque ela fala em multa, e não sei se forçar a Prefeitura a implantar um parque a toque de caixa seria uma boa decisão. Então temos que sentar, "guardar" os ânimos. Os moradores, por exemplo, concordaram em fazer um parque linear. Por que não pensamos a cidade não para daqui a cinco anos, a daqui a dois anos, mas para daqui a 15, 20 anos, em como deixar um legado? (Palmas)

Artur falou do CEU. Eu fui uma das pessoas que, logo nas discussões do PPA, estamos defendendo o CEU, e realmente, no começo, eu não conseguia apoio, não é, Police? Você e o Aurélio foram os únicos que... Mesmo as pessoas do PT, que são Vereadores progressistas, achavam que o centro não precisa de um CEU, que o Glicério não precisava de

um CEU. E, na verdade, essa discussão foi amadurecendo, e chegamos a uma boa... pressionamos a Secretaria. Enfim, teve uma boa aceitação, e hoje é uma realidade.

Temos de cobrar das nossas autoridades a informação. Não dá para criar um parque sem saber quanto vai custar. Talvez esse parque, em cima do Minhocão, fique a mesma coisa que tirar o Minhocão e fazer o parque embaixo. Então tem que também respeitar os moradores, porque, na verdade, embora talvez possa ser uma... tem um apoio maciço da juventude, do pessoal, que fez abaixo-assinado, mas a coletividade não pode passar em cima do cidadão, da dignidade das pessoas que moram em volta. Então essa discussão tem que amadurecer. Temos que sair dessa reunião com mais dúvida do que aquelas de quando chegamos aqui, porque na verdade são dois posicionamentos consistentes. Talvez essa discussão que estejamos tendo hoje, há 20 anos, há dez anos, talvez nem cinco anos atrás, na última administração, talvez numa canetada o Prefeito, ou a Câmara votava às escuras, ou seja, teria sido decidido sem a nossa participação. Hoje temos essa oportunidade de participar. Então vamos pensar com carinho, cobrar das nossas autoridades informações para podermos decidir da melhor forma. Saber quanto vai custar uma coisa e outra, e, dessa forma, encontrarmos uma solução que vai ser boa para todo mundo, não apenas para uma parte da população que usa como lazer, ou deixar do jeito que está... A única unanimidade é que o Minhocão tem que ser desativado. É uma coisa muito ruim.

E tem outra coisa: aqui no Minhocão a população está dividida. Lá na Liberdade nós queremos um parque. Existe até um projeto, não é, Police, para levar parte do Minhocão, aproveitar para cobrir a... A Liberdade vai cortada em dois bairros, e tem um vão, e lá essas vigas seriam aproveitadas para se fazer um *boulevard* na Liberdade. Então, se chegarmos a essa discussão de que o Minhocão deixa de existir e vira um parque linear, a Liberdade vai agradecer as vigas, que vão servir para fazer um parque para todo mundo utilizar. (Palmas)

É isso aí. Boa noite a todos.

(NÃO IDENTIFICADO) – Não sou a Ana Prado, ela é. Ela está um pouco sem voz,

e eu, como amigo, vou perguntar por ela.

Nós dois somos arquitetos e urbanistas. O Nabil tocou num ponto e também um outro rapaz, não vou lembrar quem, também tocou no ponto, e tudo foi tocado na questão dos pontos técnicos: qual seria o pedido de se fazer estudo de impacto de vizinhança, um estudo pró-parque, para o processo ser mais democrático, porém é o que a gente sempre bate no ponto. Já se teve um concurso arquitetônico pela desativação, parque, não parque, e o que fazer com o minhocão. Já se teve e se tiverem propostas vencedoras e menções honrosas, não foi realizado. Da mesma forma, trabalho no mercado imobiliário, concurso da Água Branca não foi realizado. Moro na boca do Largo da Batata, eu sei o que é propor uma praça, um parque, alguma coisa e virar uma praça seca. Já temos duas praças secas em São Paulo. É o Largo da Batata, justamente no fundo do Minhocão, Niemeyer que me desculpe é o Memorial da América Latina, que é uma “bosta” de insolação. Não dá para ficar em pé no Memorial fora de qualquer edifício, é um memorial ao sol, deve ser um memorial Inca porque você fica lá embaixo do sol. Não é um parque, não é uma praça, não é nada.

A discussão vai continuar, é um projeto de lei, vamos decidir pelo desmonte, pelo não desmonte, pelo desmonte parcial, isso não foi falado. Precisa ser todo desmontado? A gente não sabe e se você, igual o rapaz falou, você tem os recursos obrigatórios da parte do Código de Obras e tudo o mais. Pode ser feito um estudo de que você possa manter só o meio e colocar a linha de ônibus que está embaixo para cima e fazer o parque embaixo. O que impede isso?

É uma proposta arquitetônica viabilizada em cima de todos os estudos, de todas as técnicas e leis vigentes, ou a serem apresentadas até como comentários porque o nosso Código de Obras é defasado, inclusive, do Plano Diretor também, então, o que impede? Concurso foi feito o concurso, a votação para o concurso? Porque não abrir a votação para quem é da cidade porque não abrir a votação da proposta para quem é porque eleito o concurso pelos Vereadores, pelos Secretários competentes, Prefeito, quem seja, porque não

também as pessoas participarem da decisão do projeto arquitetônico a partir da votação do concurso? Era isso que queria colocar.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradeço a Ana Prado e o Amauri. Tem a palavra o Sr. Fernando Serapião.

O SR. FERNANDO SERAPIÃO – Boa noite a todos. Parabenizo em nome dos dois Vereadores que estão compondo a mesa por essa conquista, conquista para ambos os lados. Além de agradecer os Vereadores, eu não esperava isso, mas no caso, poderia até agradecer até a Associação Parque Minhocão por levantar esse debate. Se não fosse a Associação Parque Minhocão a gente não estaria aqui, alguns estariam vendo novela, outros na ópera, outros num jantar, mas não estaríamos aqui.

Sou da Associação e minha formação é de arquiteto, mas fico muito confortável em falar porque não sou um arquiteto que exerço a profissão tal como arquiteto. Eu ganho a vida criticando a obra dos meus colegas. Por isso, de alguma maneira, eu gostaria de convidar...qual o processo que a associação imagina? Acho que o Wilson colocou isso no início, mas eu poderia colocar isso aqui de outra forma. Em nenhum momento criamos um projeto de parque. Imaginamos que o papel da associação é fomentar o debate para criar junto com a população local e com a que não o é, com todo mundo, criar um programa, se essa foi a linha e todos aceitarem a ideia do parque.

O que vai ter neste parque? Como vai ser? Será contínuo? Não vai ser? Terá áreas que tenham acessos novos? Permite aglomerações com *shows*, ou seja, todas essas regras devem ser criadas antes de o projeto ser feito.

No caso do concurso citado anteriormente, é um caso clássico de como as coisas eram feitas no passado e que, em geral, acabam em erro. Naquele momento foi feito um concurso de cima para baixo. A municipalidade sem apoio do IAB, na época, resolveu fazer um concurso de ideias, como se os arquitetos fossem capazes, de solucionar um problema deste tamanho. Eu acho que não só como arquiteto, mas até como cidadão eu tenho convicção de

que os arquitetos não são capazes de dar resposta a um problema como esse. Isso tem de ser construído da sociedade, a partir do debate o que terá nesse parque.

De alguma forma, conheço os problemas sociais, de segurança pública, mas temos de imaginar que será necessariamente um parque diferente. Não é um parque de árvores frondosas, o programa é diferente, e lá na frente precisaremos da ajuda dos arquitetos. Eles vão ajudar a população a entender como esse parque poderá ser diferente e como pode ser esse desenho. Sendo diferente temos de imaginar, por exemplo, que de alguma forma é mais seguro que o usual. Imagino que a direita aqui exposta se preocupe muito com a segurança. De uma forma geral é mais seguro porque os acessos serão controlados, ninguém pula a grade, quem pular, morre.

É mais fácil você controlar a segurança num parque desses do que em outro tipo de parque como o Ibirapuera, por exemplo. Falaram muito em cicatrizes, que o Minhocão é uma cicatriz urbana, que é produto da ditadura. Todo mundo sabe disso, mas eu acho que a gente como sociedade tem de ter a capacidade de transformar isso. Temos de ter a capacidade de não apagar essa cicatriz e conseguir fazer disso uma coisa muito melhor. Simplesmente derrubar o Minhocão não vai trazer de volta os anos 30, a São João do Mário de Andrade não existe mais e não vai existir nunca mais. Temos de ter a capacidade de imaginar uma São João diferente, do futuro.

Esse projeto é extremamente transformador, não transforma Santa Cecília, Barra Funda, ele transforma a Cidade. Temos nas nossas mãos uma oportunidade de construir coletivamente um projeto que vai transformar a Cidade e com jamais foi feito. Nenhuma vez se construiu um espaço público nesta Cidade dessa forma.

Quando foi reconstruído o Parlamento alemão, vocês imaginem que foi decidido que todas as ofensas deixadas pelos invasores, pelos americanos, ingleses e franceses não seriam apagadas das pedras, dos mármores. Por que isso? Alguém pode dizer que eles quiseram manter a chama do nazismo acesa. Mas, não, é para que eles também se

lembrassem do que cometeram no passado e aquilo fixasse para sempre na história.

Temos a oportunidade de construir alguma coisa que vai mudar a nossa cidade.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Tem a palavra o Sr. Iarlei Rangel.

O SR. IARLEI RANGEL - Boa noite. Sou também morador de um apartamento exatamente em frente ao Minhocão. Moro lá há dez anos e sou fundador do Grupo Esparrama, que hoje faz uma intervenção aos domingos em frente ao Minhocão. Eu não queria falar sobre um lado ou outro, mas quero reforçar a fala das várias pessoas que falaram hoje sobre a necessidade de criar um espaço realmente de debates, como este espaço. Mas é impossível imaginar que em um encontro em que dispomos de três minutos não saiam coisas apaixonadas e frases de efeitos que tentam convencer. Mesmo que criemos dezenas de audiências públicas, esse espaço não será suficiente para que a gente realmente discuta as verdadeiras consequências e benesses de cada uma dessas propostas.

Então, este é um chamado aos companheiros moradores e não moradores que têm interesse real em pensar a Cidade a partir do desmonte ou da transformação em parque, em criar espaços de debates. Vocês dirão: “Ah, já criamos esses espaços: existem debates nas associações e na Associação Parque do Minhocão”; mas que a gente pluralize, melhor, crie mais espaços, outros pequenos espaços para que a gente qualifique o pensamento sobre essas duas posições e que a façamos audiências que sejam mais qualificadas no sentido de avançar no pensamento sobre a questão e incluir outras pessoas que não têm acesso por falta de oportunidade ou de conhecimento, porque a audiência pública muitas vezes não atinge essas pessoas. Eu mesmo fiquei sabendo somente hoje da audiência pública. Era isso.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Sr. Gil.

O SR. GIL KUCHEMUCK SCATENA – Boa noite a todos. Boa noite ao Vereador Police e à Mesa. Meu nome é Gil Scatena, sou assessor do mandato do Vereador Ricardo

Young. Somos signatários do PL 10/2014. Como a reunião já está avançada, eu gostaria somente de pontuar algumas questões e tentar ser rápido. A primeira questão é tentarmos resguardar essa convergência inicial entre os grupos, que é a de desativar o Minhocão como um meio para o automóvel. Temos de tentar resguardar essa convergência para que não empurremos. Que não tomemos medidas precipitadas visando a definir se ele se tornará ou não um parque, mas que resguardemos essa convergência em torno do entendimento de que não cabem mais os veículos naquele lugar. O Vereador Nabil Bonduki ainda lembrou que pode haver ainda pessoas que sejam favoráveis a que continue tudo como está. Então, me parece que resguardar essa convergência é importante.

Outra questão surgida no decorrer deste debate é descrença no Poder Público. Muitas pessoas aqui levantaram que é até melhor não haver um novo espaço público porque ninguém fará a gestão, porque ficará largado *etc.* O entendimento do mandato é o contrário: que o Poder Público tem que promover mais espaços públicos de convivência (palmas) e temos que batalhar para que o Poder Público e também as pessoas que usarão aquele espaço o façam com o zelo devido. Não podemos partir de uma premissa derrotista do tipo: é melhor que não haja espaço público, porque, se houver, vai ser degradado. Ao contrário: temos que usar outra premissa.

Para avançar no debate, parece-me que houve unanimidade em torno da necessidade de mais informações. Isso é importante, e o Executivo pode contribuir muito. A Secretaria de Transportes esteve aqui representada e iniciou falando que pode ser um caos desmontar; depois, disse que os bairros podem absorver a demanda de carros. Então, se existem estudos, que eles sejam apresentados, pois democratizar a informação é permitir um debate mais amplo e mais qualificado. Isso faz parte.

Um primeiro debate seria: São Paulo pode abrir mão do Minhocão como espaço para carros? Em quanto tempo e como? O que isso custará aos bairros do entorno, para os moradores? É importante que saibamos isso. Em ambas as situações – tanto no desmonte

como na implantação de um parque -, não tenho dúvidas de que haverá uma reforma urbana daquele espaço, uma valorização daquele espaço. Então, talvez possamos ouvir a Secretaria de Habitação e a SMDU sobre que estratégias o Executivo poderia utilizar. Porque podemos ter um movimento em que as pessoas que moraram por tanto tempo foram penalizadas por esse erro histórico e, de repente, quando o ambiente é melhorado, serão as primeiras a ser expulsas. (Palmas) Dependendo da renda, muito provavelmente essas pessoas não vão conseguir ficar. Acho que no mínimo temos que observar essa questão, que é importante. Não estou vaticinando nada; mas, temos que observar isso. Estamos falando de três quilômetros de extensão, não um prédio. A gente está falando de vários prédios e de várias rendas sociais. Manifestação fora do microfone.

O SR. GIL KUCHEMUCK SCATENA – Então, talvez a Habitação e a SMDU venham aqui refletir com a gente – e não só a Secretaria de Transporte e Meio Ambiente - estratégias que o Executivo pode tomar para que também a gente não tenha esse processo tão falado aqui em São Paulo de gentrificação.

Falamos dos desabrigados do Maluf. Não precisamos ter os desabrigados do Haddad ou do próximo prefeito. Acho que a gente pode tentar trabalhar de uma forma mais humana o processo. E, ao mesmo tempo, também a assistência e atendimento social, porque são os distritos que mais têm moradores em situação de rua. Quem mora na região – eu também moro – sabe que há várias pessoas em situação de rua. A questão não é tirá-las de lá, mas essas pessoas precisam de um atendimento digno. E elas têm que ter com ou sem o Minhocão, a questão não é essa. (palmas) E a reforma desse espaço passa inclusive por repensar o que esse espaço significa, como está hoje. É um grande ambiente.

Dentro das alternativas, foram levantados os estudos sobre os impactos ambientais, econômicos e sociais. Talvez se tivermos premissas, partirmos de algumas projeções, isso será importante e dará mais base ao debate.

O nosso mandato signatário do PL sai de um ponto de partida pró-parque, mas isso

não nos impede de ouvir todos os lados. Isso é super importante, temos ouvido mais o lado daqueles que são pró-parque, porque nos procuraram, uma vez que somos signatários, mas o gabinete está aberto para ouvir as outras frentes que estão aí. Foi assim no Plano Diretor; foi assim na operação urbana e será assim agora no zoneamento e no Minhocão. A gente tem que ouvir, lembrando que uma opinião e sair de um ponto de partida é legítimo, é um direito e o respeito garantirá um bom debate.

É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado, Gil. Tem a palavra o Sr. Flávio J. Borassi. Só para informar a todos, temos mais seis inscritos para concluir a nossa lista.

O SR. FLÁVIO J. BORASSI – Boa noite a todos. Eu sou estudante de Arquitetura e Urbanismo e meu projeto final da faculdade é sobre o Minhocão. Então, eu estou aqui para compartilhar com vocês o que estou estudando sobre o Minhocão. (Risos)

Então, o que a gente vê de muito interessante no Minhocão? Devido ao fechamento noturno - porque as pessoas não conseguiam dormir à noite -, aquilo passou a ser usado como lazer. Eu morei ali durante seis meses e usei muito e particularmente não me senti ameaçado. Aquilo passa a ser usado a partir das 21h30, eu cheguei a andar ali até a meia-noite e havia criança na rua. E criança é um sinal de passividade no espaço público normalmente.

E o que é muito interessante disso? Talvez vocês estejam esperando que eu vá dar um parecer técnico, mas não é nada disso, eu estou estudando. Então, o que eu vejo de muito interessante nisso é que para que isso acontecesse não precisou haver desembolso nenhum. A discussão do espaço público muitas vezes acaba caindo na questão da verba, porque a gente sempre pensa que o espaço vai se transformar quando você constroi ou demole alguma coisa, mas muitas vezes ele se transforma sem que nenhuma dessas duas coisas precise acontecer. Então, isso pode ser uma transformação bem interessante para a Cidade. Acho que a gente tem que prestar atenção.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito obrigado. Tem a palavra o Sr. Martin Aguiar, depois Jaqueline Serra e Ana Perpétuo.

O SR. MARTIN AGUIAR – Boa noite para todo mundo que ainda está aqui, que está aguentando até depois das dez horas. Eu tinha preparado alguma coisa para falar, mas sendo o vigésimo tanto a falar, muito já foi falado e muito já não tem mais pertinência.

Mas, eu acho que é importante que a gente pense e eu faço questão de dizer que sou a favor do desmonte, mas isso não quer dizer que o parque me soe como uma ideia ruim. O parque me soa como uma ideia boa, só que eu vejo um problema grande, que é a parte de baixo. O Minhocão tem a parte de baixo e a de cima. A de cima, com o parque está ótimo, está arborizada, tem espaço urbano, tem espaço público. O problema é que a parte de baixo continua na mesma situação. Acho importante que a gente aumente o debate, como foi sugerido; que haja outras audiências públicas no teatro para envolver mais gente para que a gente possa discutir isso a fundo – tanto em uma opção como ou em outra – o que a gente vai fazer com a parte de baixo porque ela não estará alterada se for feito um parque. Acho que importante que isso seja discutido.

Eu também queria parabenizar a organização do Parque por ter ajudado a desativar o Minhocão – isso é algo muito interessante -; mas é importante que se converse mais para que a gente tenha mais alternativa. A alternativa de parque surgiu por uma movimentação das pessoas, por uma ocupação do espaço sem carros, que eu utilizo também, porque moro na região. Porém, temos que discutir mais possibilidades que não seja só construir um parque ali, porque acho que isso não ataca todos os problemas que a gente tem que resolver. Era isso. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Sr. Demétrio.

O SR. DEMÉTRIO – Boa noite a todos. Quero agradecer a oportunidade de poder falar a vocês. Sou morador do bairro de Santa Cecília e apoio a criação do Parque Minhocão. Ouvei na discussão de hoje algo que me deixa bastante chateado - pelo proveito que

poderíamos tirar desta discussão, e não tiramos -: ter que nos dividir em dois grupos. Acho que seria muito mais proveitoso podermos discutir a situação e chegar a um consenso - seja ele qual for: a criação do parque, a derrubada do Minhocão, a construção de um parque linear no meio ou uma terceira ou uma quarta situação -, mas discutindo isso juntos. Não é porque eu apoio o Parque Minhocão que deixarei de apoiar o desmonte caso ele ocorra, porque sou morador do bairro. Minha vizinha está presente aqui apoiando outra situação, com outra opinião. Minha opinião é pelo parque. Minha família anda de bicicleta aos domingos lá. Daqui a pouco, às seis da manhã, estarei no Parque Minhocão fazendo meu *cooper* – porque faço isso de manhã. Sou morador e eu e minha família já nos utilizamos daquele espaço. Minha opinião é que a melhor forma de utilizar aquele espaço é como parque.

Desagrada-me também é a negatividade. Não sei se é porque sou aquariano – assim como o Felipe, que é sonhador -, mas qualquer que seja a decisão que venhamos a tomar, sempre pensarei na ótica de aproveitar e poder contribuir de uma forma melhor. Perdemos quando temos a oportunidade da palavra e você agride os defensores que têm outra opinião, colocando defeitos. Há muito achismo. Há pessoas que parecem ter bola de cristal e sabem o que vai acontecer se o Parque Minhocão vier a ser construído, sabem o que vai acontecer se houver o desmonte. Não acho lógico isso. Acho mais proveitoso que a gente se una. Defendo o Parque Minhocão, mas qualquer que seja a situação, levarei sempre para o lado da positividade. Repito: sou morador.

Para quem acha que a ideia de um parque é absurda, o parque já existe. Como eu disse: daqui a pouco, estarei lá fazendo meu *cooper*. Aos domingos o espaço já é utilizado como parque, e um parque estritamente paulistano, infelizmente: cinza, de concreto. O que falta ali para ser um parque realmente, como desejamos? Então, se optamos e chegarmos a essa decisão, eu gostaria de fazer um convite às pessoas que infelizmente enfatizam a negatividade em tudo em suas vidas, que possam nos ajudar a construir o Parque Minhocão, ou a terceira opção, ou a quarta opção. Acho que assim é muito mais valoroso, construímos

muito mais coisas juntos.

Em relação ao que o Felipe falou, ele mora lá, assim como eu. Meu irmão mora na Avenida São João; minha mãe, na Vitorino Carmilo. Meu pai saiu de São Carlos na década de 40 para vir morar no Martinelli. Minha família toda é da região de Santa Cecília. Conhecemos todos os problemas que existem ali. Só que não é só ali que se fuma maconha ou que se faz sexo ao vivo, que se cheira cocaína, que se fuma crack. Isso é um problema social. Você não pode relacionar o problema social de nossa comunidade, de nossa sociedade, ao Parque Minhocão ou ao desmonte. O que podemos esperar de um país onde a média de salário de um cara que chuta uma bola é R\$20.000,00 e de um professor é um salário-mínimo? É isso que ganhamos. Então, o problema é nosso, mas creio que a culpa maior é de nossos ascendentes, que deixaram chegar nessa situação! É por isso, talvez, que tenhamos que discutir tantas coisas.

Nobre Vereador Nabil, deixo registrado que não vejo assim: um ponto de vista é colocado por pessoas moradoras do entorno e o outro não. Não concordo com isso. Não sei se todos que estão aqui são moradores da região. Quem são moradores? (Pausa) Então, aqui já se descaracteriza essa questão de aqui estarem moradores do bairro, que defendem o desmonte e de pessoas que são de outras regiões. Aposto que se colocarmos a próxima audiência no Teatro São Pedro e fazemos de uma forma com que chame a comunidade, aposto que a maioria vai aprovar o Parque Minhocão.

Então, que se descaracterize, aqui, essa questão que de um lado do desmonte são moradores e do outro não. Acho que é muito pelo contrário.

Acho que muitas pessoas que estão aqui são moradoras do bairro e defendem o Parque Minhocão.

Era isso. Obrigado. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Laerte Brasil, Presidente da Federação dos Municípios

Trabalhadores e Empreendedores do Distrito da Regional Sé.

Temos um serviço prestado à nação, através de 325 audiências públicas federais, 148 estaduais e 493 municipais. Quando a Erundina ainda era Prefeita, apresentamos um projeto de demolição do Minhocão, fornecendo um estudo sobre todos os danos, tanto na área de saúde, quanto de impacto audiovisual aquela população do entorno do Minhocão. Aquela obra é uma verdadeira aberração construída pelo Paulo Maluf que a superfaturou em 43%. Apresentamos um plano a ex-prefeita que seria a demolição do Minhocão e a urbanização da Amaral Gurgel. O plano B seria a construção de um túnel com tecnologia avançada até a Avenida Pacaembu. Mas defendemos o plano A, que é a demolição total e a urbanização da Amaral Gurgel. Temos dois parques abertos à população: Parque da Luz e o Parque Dom Pedro II, que poderia ser usado para os moradores da região Central.

Temos dados dos moradores do entorno do Minhocão e 98% são favoráveis à demolição e cerca de 95% da população da região da Sé são favoráveis à demolição daquela obra, uma verdadeira aberração, a pior obra construída na cidade de São Paulo e superfaturada pelo Paulo Maluf, inclusive o dinheiro está hoje depositado em paraísos fiscais e não pode ficar como patrimônio dos munícipes de São Paulo.

É demolição já e a urbanização da Amaral Gurgel. É o que tinha a dizer, obrigado pela palavra. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra a Sra. Jaqueline Sena.

A SRA. JAQUELINE SENA – Boa noite a todos. A história está começando e nada se encerra, só estamos no começo de um debate. Estou feliz de estar aqui e quero dizer que esta audiência já termina em um clima muito diferente do clima de Fla-Flu que ela começou. Isso já é muito positivo assim como já reconheceram e nossa associação também que a Cidade já ganhou muito com a mobilização toda que houve e gerou a inclusão no Plano Diretor dessa proposta de desativação do Minhocão que parece ser um ponto pacífico na nova matriz de privilegiar as pessoas e não os automóveis.

Eu faço parte da associação, mas venho aqui como cidadã. Só gostaria de pontuar algumas coisas ditas ao longo de todas as falas. Muito se disse sobre a preocupação com segurança, com entorno, com a parte de baixo, de se tornar um parque elitizado e com o uso do espaço público, mas não poderia de deixar de dizer que todas essas também são preocupações da associação e convido todos a ler o que a associação tem publicado. A associação não é irresponsável a ponto de ignorar esse tipo de problema. Embora existam as pessoas que morem na frente do Minhocão e passam por esses problemas mais de perto, nós sabemos desses problemas e não temos os ouvidos tapados para as pessoas. Tudo o que temos dito remete a essas questões.

A associação, por exemplo, já disse mais de uma vez sobre a possibilidade legal de instituição de ZEIS no entorno do Minhocão. Essa é uma questão que também tem de ser dita porque expulsão das pessoas daquela região por qualquer valorização que aconteça é um processo que já vem acontecendo e que vai acontecer com a demolição ou também com o parque. Os dois lados devem admitir, assim como já se admitiu que a proposta de desativação é importante. Temos de unir esforços, a Associação não é fechada ao debate. Isso aqui é prova disso. Esse debate está começando. As audiências vão continuar acontecendo. A Associação também acha ótima que as audiências ocorram no Minhocão, no teatro, enfim, qualquer outro lugar com maior divulgação, com maior tempo de preparo, com material previamente divulgado de todas as pessoas interessadas em contribuir para esse debate.

Acho que nós já saímos ganhando muito, aqui, hoje. E também quero dizer que essa questão de acharmos que um parque vai trazer problemas sociais maiores para a região, do que já acontece lá, é uma questão da positividade – e o Demétrius falou muito bem sobre isso – de que existe uma descrição do Poder Público, sim, infelizmente existe, isso parece que está mudando? Talvez. Estamos numa Casa do Povo, que está ouvindo todos nós, está ouvindo todos os pontos de vista, prós e contra, meios termos, enfim.

E eu acho que se os espaços públicos são degradados, são, enfim, existe um uso

inadequado, se eles são marginalizados, isso se deve, e muito, a nós todos. Não é só ao Poder Público. Porque nós temos de ocupar os espaços públicos.

A Praça da Sé é uma porcaria, ela dá medo às pessoas, é porque as pessoas não vão lá. Se elas romperem a barreira do medo e passarem a frequentar os espaços públicos, os espaços vão melhorar. Isso faz parte do nosso protagonismo.

E é aí que a Associação entra como uma tentativa de ser porta voz de milhares de pessoas que são favoráveis à ideia de um parque lá, porque já fizeram daquele lugar um parque.

Então assim: venho aqui defender a posição da Associação, mas venho também como cidadã dizer que fico muito feliz com esse debate que se inicia agora. É muito proveitoso para todo mundo.

Fiquei muito feliz em ouvir uma moradora dizer, infelizmente, ela já foi embora, mas ela disse: “É a primeira audiência pública que venho”. Isso é sinal dos novos tempos.

E a Associação está preocupada com isso e as outras pessoas também estão. Acho que é mais um ponto que nos une.

Esse clima de se ficar polarizando, não faz sentido. Temos de pensar coletivamente. É claro que atores vão defender posturas específicas.

A Associação defende um parque em cima do elevado. Tem pessoas que querem o desmonte, a demolição, que seja; tem pessoas que acham que dá para fazer uma ciclofaixa; outras, um parque embaixo; enfim, são todas posturas defensáveis e todas as pessoas têm de ter a coragem e a disposição de exercer, protagonizarem como cidadão e irem lá defender suas posturas. Mas acho que tudo isso deve ser feito dentro de um clima colaborativo em que a gente se permita enxergar as propostas uns dos outros e, ao mesmo tempo, brigar por aquilo que acredita.

Então eu gostaria de ter dito isso. Obrigada por terem me ouvido. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Pedro Mendes da Rocha, nosso Vice-

Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil, Departamento São Paulo.

O SR. PEDRO MENDES DA ROCHA – É uma responsabilidade enorme, uma honra encerrar, em nome da Mesa, mas, em primeiro lugar, cumprimento a todos.

Quero dizer que estamos construindo, juntos, uma página da história que é uma novidade muito recente.

Estamos enfrentando um desafio monumental que é construirmos, juntos, essa cidade melhor para todos.

Evidentemente, existem problemas da nossa sociedade que são gritantes, tais como a desigualdade social e o problema dos sem-teto, dos 'nóias' etc.

Mas, quero dizer que a contribuição dos arquitetos é discutir, é qualificar esse debate. E, claro, discutir a qualidade do projeto.

Como foi falado aqui, procurando não repetir, mas sintetizar com uma visão que podemos trazer do Instituto de Arquitetos é que, qualquer caminho que se tome pode ser um desastre. Tirar o viaduto, pode se resultar um mau projeto e manter o viaduto, fazendo um parque, pode ser um mau projeto também, se não tomarmos cuidado e, justamente, é essa a questão que a gente coloca da qualificação do projeto.

Como fazer esse parque, por exemplo? É evidente que precisa se resolver o problema da zona sombreada, embaixo, que é morta.

Agora, será que o viaduto precisa ser mantido? A estrutura precisa ser mantida, na largura em que ela existe para favorecer o tráfego?

Ela não pode ser rarefeita, criar vazios, criar zonas de entrada de luz, estreitar alguns trechos, evidentemente, exacerbar, multiplicar as conexões verticais, a permeabilidade no sentido vertical, para que o parque não fique evidentemente algo entubado, que a pessoa entra numa ponta e sai na outra, ou seja, essa conexão vertical, a conexão horizontal também. E é uma questão da maior importância, que eu acordo com as colocações que foram levantadas aqui, que evidentemente temos um inimigo comum: a expulsão daqueles

moradores, esse fenômeno da gentrificação e a transformação daquilo num espaço elitizado. Se, evidentemente, como aconteceu em Nova Iorque, que foi uma operação para valorizar uma área degradada da cidade e potencializar o custo dos terrenos, isso não pode acontecer, de forma alguma, em detrimento das atividades econômicas que estão lá, da população que está lá. Então é um desafio também que não cabe aos arquitetos, mas à sociedade, à Câmara, ao Poder Público. É como garantir mecanismos, como está se pensando no Plano Diretor, para que haja habitação acessível, para a população não ser expulsa. Aliás, pelo contrário, para que o benefício que um parque eventualmente traga, do ponto de vista de valorização do terreno, não expulse aqueles moradores, mas, pelo contrário, faça com que eles se beneficiem, porque ainda que sejam outras gerações os que sofreram, mas podem, hoje em dia, ter esse benefício, ter essa transformação.

Foram levantando problemas técnicos de drenagem. Evidentemente, como colocou o Serapião, não será um Aterro do Flamengo, será um parque de outra natureza, pensado como um espaço com uma vegetação possível de ser colocada ali. Aí entram os técnicos, os paisagistas, para estudar e fazerem as propostas.

Não se poderia pensar, por exemplo, em viabilizar que todos os apartamentos que se conectam no nível do Minhocão pudessem ser desapropriados sem que aquele morador seja expulso e tenha uma compensação no mesmo prédio. E aquele térreo se transforme num espaço comercializável, para se tornar um café, um bar, uma escola, uma academia. E essa mais-valia obtida possa se reverter para viabilizar o parque.

Ou seja, vamos ser obrigados a pensar sistemas, mecanismos, uma engenharia social, econômica e jurídica para lutar por aquilo que nós acreditamos ser o melhor, se essa opção vingar. Por isso que é muito importante a questão da qualidade desse projeto. É um desafio. A Cidade se transforma, sim, nós não vamos voltar para o passado, mas nós temos a oportunidade de construir essa transformação em conjunto para uma situação melhor, e aí vai entrar a participação de todos.

Também temos pensar o seguinte: será que esses três quilômetros não podem estruturar um conjunto de equipamentos nas áreas adjacentes, escolas, habitação em larga escala, para a população que trabalha ali, que não precisa de automóvel, que não é uma elite. Ou seja, a cidade democrática que defendemos. Então atrelas isso, por exemplo, como foi dito em relação aos CEUs, que tem um formato. Mas será que ali não pode ter uma escola vertical? Eu fiz um projeto de uma universidade vertical no centro da cidade. Será que não podemos conectar, nessa estrutura, escolas, creches, equipamentos, enfim, que a sociedade quer? Ou seja, é um enorme desafio pensar uma cidade dos nossos sonhos. E por que não? Temos de construir uma cidade democrática, alegre, feliz, que nos dê prazer, que nos dê alegria, que seja uma construção coletiva sofisticada no sentido da melhor qualidade de vida. Não sofisticada porque tem granito, mármore importado, mas sofisticado porque as pessoas podem ter qualidade de vida – o mercadinho, a escola, a habitação, o transporte. Será que não pode ter uma linha de ônibus, ou um *tram way*, como existem em todas as cidades, elétrico, silencioso, que cria um novo eixo de articulação leste-oeste. Enfim, é um desafio enorme, e nós estamos podendo pensar isso, diferentemente de um contexto em que chegava um prefeito e inventava que ia rasgar a cidade e fazer um viaduto, como foi o desastre. Então é um outro horizonte, um outro cenário, e vai exigir de novos todos um enorme desafio e um enorme trabalho em conjunto.

O Instituto de Arquitetos está totalmente à disposição para colaborar, para qualificar, para cobrar, para ajudar no que for possível, para construir os mecanismos, para que, evidentemente, evitar os desastres. Ninguém quer uma favela vertical, ninguém quer um parque de concreto seco. Sabemos o que não queremos. Então temos de construir juntos aquilo que nós queremos, idealizar, sonhar e pensar juntos.

Finalizando, eu queria lembrar o arquiteto Flávio de Carvalho, que pensava na cidade do homem número – uma cidade do prazer, da liberdade, onde você não precisa ter documento, não precisa ter dinheiro, e você tem a cidade como uma extensão da sua casa,

como dizia o Prof. Vilanova Artigas.

Esse é o nosso desafio. Estamos apenas começando, dando o primeiro passo, e o IAB estará junto trabalhando nisso.

Obrigado. (Palmas)

O SR. RICARDO YOUNG – Eu queria agradecer a presença de todos, me desculpar por não estar desde o início – eu estava no debate do Parque Augusta, que é outro desafio que temos na Cidade.

Só dizer que eu fico muito feliz. Eu me reconheci muito na fala da Jacqueline, porque nós estamos vivendo um fenômeno incrível na cidade. A cidade é uma metamorfose, um organismo, uma metamorfose estacionária, mas uma metamorfose que expressa muito a geração que está vivendo nela. E a geração que nasceu na década de 80 não quer mais ficar reféns de muros, trancados em muros, condomínios, apartamentos, etc. (Palmas) Essa geração quer sonhar a cidade de novo, quer tomar as ruas, quer ter a oportunidade de sonhar a cidade, de fazer com que a cidade seja a extensão de suas vidas, das suas casas, etc. Então, quando eu vejo um debate como esse, a sala lotada e todo mundo falando dos seus sonhos, das possibilidades, daquilo que pode ser feito, falando de colaboração, ora, nós só temos que celebrar uma noite como essa, e colocar a Câmara à disposição para n debates como esse, quantos forem necessários, até que o sonho, seja qual for, aconteça com melhor benefício para todos.

Era isso. Muito obrigado. Muito obrigado à Associação, e aos Pares, que promoveram a audiência pública. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vou fazer rapidamente o encerramento.

Mas queria reconhecer um esforço de um grupo que há um ano se associou em forma de Parque Minhocão.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Será que não podemos nem concluir,

para que todos possam receber...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Eu estou começando um agradecimento. Eu estou ficando cada vez mais constrangido de não podermos nem agradecer mais. Mas vamos conseguir chegar a um bom termo.

Vou agradecer a Associação Parque Minhocão, que, há um ano, me convidou para uma reflexão. E foram eles que me convidaram, não foram outros. Mas quero agradecer a todos os outros que, depois dessa primeira reflexão, também se somaram a outras reflexões que eram anteriores a do Parque Minhocão, e, portanto, nos permitiram debater.

Uma questão fundamental: quando conseguimos dar um passo além das nossas vontades. Por que eu falo isso? Porque a Associação Parque Minhocão conseguiu dar esse passo, porque um conjunto de Vereadores quebrou a lógica e, contra ou a favor de alguma regra, apresentou um projeto que nos permitiu debater um pouco mais. Precisamos temer menos o debate e acertar mais a cidade de pessoas que está sendo construída. Para além dos nascidos da década de 80 que promoveram a mudança, mas para que todos que aqui nasceram façam a mudança, independentemente de quando nasceram, sob pena de acreditar que alguns terão menos ou mais importância pela cidade melhor que teremos. Se conseguirmos enxergar que a cidade melhor, pouco importa quem a fez, mais em importará para todos o que nós poderemos fazer com ele, sem dúvida nenhuma ninguém mais vai precisar agradecer, porque a cidade para todos será boa, e, portanto, não comportará gratidão, só felicidade.

Boa noite! (Palmas)